

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Superintendência Estadual
do Rio Grande do Sul
(Suest/RS)



Fundação
Nacional
de Saúde

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade demonstrar o desempenho e os principais avanços da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, divulgando os resultados alcançados durante o ano de 2013 no que diz respeito às ações desenvolvidas pela instituição, visando o alcance dos seus objetivos estratégicos e, por conseguinte, de sua Missão. É o resultado das atividades desenvolvidas em cada uma das áreas fim, em conformidade com suas competências legais que visam promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças.

O presente documento foi preparado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 72/2013 e Decisão Normativa nº 127/2013 e Portaria do Tribunal de Contas da União nº 175/2013, DN nº 132/2013 e Orientações Complementares da Funasa – Presidência, constantes no Roteiro para a Elaboração do Relatório de Gestão das Superintendências Estaduais e que tem como objetivo principal prestar contas à sociedade em geral contribuindo para a transparência dos gastos públicos e fortalecimento da cidadania.

A Funasa dedicou-se a cumprir o seu papel de promoção à saúde, por meio de ações de Saneamento Ambiental e na Prevenção e Controle de Doenças e Agravos. Ressalta-se que, no que diz respeito às Ações de Saneamento Ambiental, a Funasa teve suas atribuições ampliadas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II- 2010/2014, sendo que a instituição atua em municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Essa faixa populacional corresponde a 90,5% dos municípios brasileiros e demonstra a abrangência da Funasa em todo território nacional, bem como evidencia a capacidade e confiabilidade do órgão, conquistada ao longo dos 20 anos de sua instituição legal.

Os resultados apresentados nesse relatório refletem a atuação efetiva dos servidores da Fundação, que não medem esforços para levar qualidade de vida aos brasileiros, mesmo àqueles que residem nas áreas mais remotas do país.

Gustavo de Mello

Superintendente Estadual FUNASA/SUEST/RS

SUMÁRIO

1	Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	10
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
1.1.1	Relatório de Gestão Individual.....	10
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	11
1.3	Organograma Funcional.....	13
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	25
1.5	Macroprocessos de Apoio.....	27
1.6	Principais Parceiros.....	32
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	35
2.1	Planejamento da Unidade.....	35
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados.....	44
2.3	Informações sobre outros resultados da gestão.....	44
2.4	Indicadores.....	44
3	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	53
3.1	Estrutura de Governança.....	53
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	53
3.4	Sistema de Correição.....	55
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	58
3.6	Indicadores monitoramento avaliação do modelo de governança e efetividade controles internos.....	65
4	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	65
4.1	Execução das despesas.....	65
4.1.1	Programação.....	65
4.1.1.1	Análise crítica.....	65
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	66
4.1.3	Realização da despesa.....	67
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	67
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executado Diretamente	67
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	68
4.1.3.4	Despesas Grupo e Elemento de Despesa Créditos Originários Valores executados Diretamente	69
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	70
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	72
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	73
4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	74
4.4	Transferências de Recursos.....	74
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	74
4.4.2	Quantidade Instrumentos Transferências Celebrados e Valores Repassados Três Últimos Exercícios.....	75
4.4.3	Informações Prestação de Contas - Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	75
4.4.4	Informações Análise Prestações de Contas - Convênios e de Contratos de Repasse.....	76
4.4.5	Análise Crítica.....	77
4.5	Suprimento de Fundos.....	78
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas Conta Tipo “B” e Cartão de Crédito Corporativo.....	78
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	78
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	79
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	79
4.5.5	Análise Crítica.....	79
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ.....	82
5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	82

5.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	82
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	82
5.1.1.1	Lotação	82
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	82
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	83
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	83
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	83
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo Escolaridade.....	83
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	84
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	85
5.1.4.1	Classificação Quadro Servidores Inativos da UJ Segundo Regime de Proventos e Aposentadoria.....	85
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	85
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	85
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	85
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	86
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	86
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	86
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	86
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	86
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	87
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiário	90
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	90
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	90
5.2.3	Informações a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ.....	90
5.2.4	Informações Locação de Mão de Obra Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	91
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	91
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	91
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	92
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	92
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	94
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	94
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	94
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	94
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	95
7	Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	96
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	96
7.1.1	Análise Crítica.....	96
8	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013.....	97
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	97
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	98
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	98
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	98
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	99
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	103
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	103

9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	103
9.3	Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	104
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	104
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	104
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	104
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	104
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.....	105
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	106
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	108
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	108
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	110
11.2.1	Declaração Plena.....	110
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	110
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	111
11.6	Relatório de Auditoria Independente.....	111
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127/2013.....	112
12.1	Outras informações consideradas relevantes pela UJ.....	112

LISTA DE SIGLAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

CEVS – Centro Estadual de Vigilância em Saúde

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DENSP – Departamento de Engenharia de saúde Pública

DEPASA – Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento

DIADM – Divisão de Administração

DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública

DBR – Declaração de Bens e Renda

DN – Decisão Normativa

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEPAN – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IN – Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOA – Lei Orçamentária Anual

MHCDC – Melhoria Habitacional Controle Doença de Chagas

MS – Ministério da Saúde

MSD – Melhoria Sanitária Domiciliar

NICT – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica

NOC – Norma Orientadora de Capacitação

OPAS – Organização Pan – Americana de Saúde

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAC- Plano Anual de Capacitação

PBS – Pedido de Bens e Serviços

POPs - Procedimentos Operacionais

PPA – Plano Plurianual

PESMS – Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PPA Plano Plurianual

PRESI- Presidência

RG – Relatório de Gestão

SECON – Serviço de Convênios

SEPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEREH – Serviço de Recursos Humanos

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESAM - Serviço de Saúde Ambiental

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC – Serviço de Informações ao Cidadão

SICONV – Sistema de Convênio

SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento

SISMOC – Sistema Integrado de Monitoramento de Convênios da Funasa

SISAC - Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SF – Suprimento de Fundos

SOCAP – Setor de Capacitação

SUEST – Superintendência Estadual

SUS - Sistema Único de Saúde

TC – Termo de Cooperação

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade de Gestão

UJ – Unidade Jurisdicionada

UMCQA – Unidade móvel para Controle da Qualidade da Água

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.2 - Qualificação da Superintendência Estadual

Quadro A.3.2 - Avaliação dos Sistemas de Controles Internos da UJ

Quadro A.4.1.1 - Programação de Despesas

Quadro A.4.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesas

Quadro A.4.1.2.2 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.2 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.4.3 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro A.4.5.4 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Situação em 31/12

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.9.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.9.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

Quadro A.11.2.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

O Relatório de Gestão Individual contém os elementos identificadores completos da UJ, as normas relacionadas à sua constituição e à gestão, incluindo orientações, publicações, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.1.1** abaixo, que se descreve a seguir.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 2207
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST/RS			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255021	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde: federal, estadual e municipal - CNAE/IBGE			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(51)32157003	(51) 32157004	(51) 32157036
Endereço Eletrônico: corers@funasa.gov.br			
Página na Internet: http:// www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Borges de Medeiros, nº 536, 11º andar, Centro, Porto Alegre, RS, CEP 90.020-022			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: Instituída pela Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 09 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria nº 1.776 de 8 de setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.			

Quadro A. 1.1.2 Qualificação da Superintendência Estadual

Qualificação da Superintendência Estadual:
Nome do Superintendente Estadual: Gustavo de Mello
Nome da Assistente de Planejamento: Rosemary Manozzo
População do Estado: 10.582.887 (IBGE)
Nº de municípios abrangidos pela SUEST-RS: 400

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, órgão executivo do Ministério da Saúde, tem como responsabilidade a promoção e proteção da saúde e como competências: prevenir e controlar doenças e outros agravos e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que vão se desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento e Saúde Ambiental. A Portaria nº 806, de 6 de junho de 2006, do Presidente da Funasa, instituiu a Carteira de Projetos Estratégicos, elaborada em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), designando os gerentes responsáveis pelos diversos projetos que consubstanciam o realinhamento institucional da Funasa.

As ações de inclusão social mediante cuidados com a saúde são executadas com a prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

A FUNASA atua com unidades descentralizadas através de Superintendências Estaduais – SUESTs, em cada Estado e que tem como competências regimentais: Coordenar, Supervisionar e Desenvolver suas atividades nas suas respectivas áreas de jurisdição.

A Superintendência Estadual da Funasa no Regional do Rio Grande do Sul possui a seguinte estrutura:

- Assessoria Técnica
- Divisão de Engenharia e Saúde Pública – DIESP
- Divisão de Administração - DIADM
- Serviço de Recursos Humanos – SEREH
- Serviço de Convênios - SECON
- Serviço de Saúde Ambiental – SESAM

À Assessoria Técnica compete à elaboração do Planejamento – Plano de Metas e Ações da Superintendência Estadual e o acompanhamento, controle e monitoramento do referido Plano. Além disso, é responsável pelo atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Cabe a Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP, atuar na implantação de ações de Saneamento voltadas para a promoção da saúde e para o controle e prevenção de doenças, estruturada em cinco eixos:

- Saneamento em Áreas Especiais – que envolve o abastecimento de água e solução adequada de esgotamento sanitário as populações indígenas e residentes em áreas remanescentes de quilombos.

- Saneamento em Áreas de Relevante Interesse Epidemiológico – que envolve ações de melhoria das condições de habitação na zona rural, na área endêmica da Doença de Chagas.

- Saneamento em Municípios com população de até 50.000 mil habitantes – que envolve ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento domiciliar.

- Saneamento Rural – envolvendo ações de abastecimento de água e solução adequada dos dejetos em áreas rurais, em áreas especiais como quilombolas e assentamentos, reservas extrativistas e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes.

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa: Planejar, Coordenar, Supervisionar e Monitorar a execução das atividades relativas:

- À formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

- Ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de Saúde Ambiental;

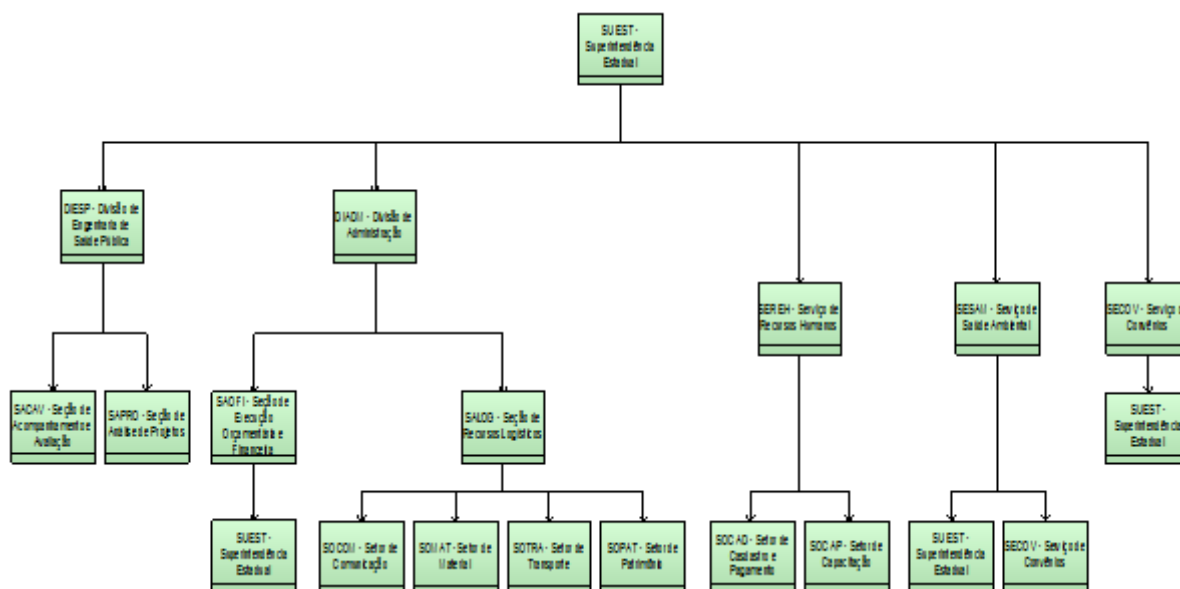
- Ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

Ao Serviço de Convênios cabe a atribuição de celebrar e acompanhar os convênios firmados pela FUNASA e analisar a prestação de contas dos recursos transferidos.

Ao Serviço de Recursos Humanos – SEREH, cabe a Gestão de Recursos Humanos, e ao Serviço de Administração – SEADM as atividades relativas das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Estrutura organizacional da Fundação Nacional de Saúde/Funasa - Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul



Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi aprovado o Regimento Interno da Funasa pela Portaria nº 270/MS, publicada em 27/02/2014 no DOU nº 43 de 05/03/2014.

REGIMENTO INTERNO DA FUNASA, BASEADA NO DEC. 7.335 - DE 19/10/2010.

SEÇÃO IV

Das Unidades Descentralizadas

Art. 84. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Fundação Nacional de Saúde, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 85. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública das Superintendências Estaduais compete:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Superintendência Estadual;

II - prestar apoio técnico à programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Fundação Nacional de Saúde;

Art. 86. À Seção de Análise de Projetos compete:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da Fundação Nacional de Saúde;

II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e

III - prestar cooperação técnica.

Art. 87. À Seção de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Fundação Nacional de Saúde; e

II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas;

Art. 88. À Divisão de Administração das Superintendências Estaduais competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 89. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;

II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;

III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;

V - elaborar, mensalmente a programação financeira; e

VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Suest;

VIII - manter adimplência da Fundação Nacional de Saúde junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e

IX - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 90. Ao Setor Orçamentário e Financeiro compete:

I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;

II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;

III - executar as atividades de registro de conformidade documental;

IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual.

V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

VI - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 91. À Seção de Recursos Logísticos compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo;

II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;

III - proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;

IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência; e

V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 92. Ao Setor de Comunicação compete:

I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e

II - proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 93. Ao Setor de Material compete:

I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;

II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e

III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 94. Ao Setor de Transportes compete:

I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;

II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e

III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 95. Ao Setor de Patrimônio compete:

I - executar as atividades de administração patrimonial;

II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;

III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente;

IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. Ao Serviço de Recursos Humanos das Superintendências Estaduais compete:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde;

II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e

VI - promover, executar e monitorar as ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central:

- a) perícia médica;
- b) promoção e vigilância à saúde; e
- c) assistência a saúde suplementar.

Art. 97. Ao Setor de Cadastro e Pagamento compete:

I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;

III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Fundação Nacional de Saúde, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;

V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 98. Ao Setor de Capacitação compete:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Fundação Nacional de Saúde; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 99. Ao Serviço de Convênios compete:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela Unidade Central.

Art. 100. Ao Setor de Habilitação e Celebração compete:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Fundação ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar à tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Ao Setor de Prestação de Contas compete:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Fundação Nacional de Saúde, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades inerentes às suas atribuições, determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 102. Ao Serviço de Saúde Ambiental compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Departamento de Saúde Ambiental;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 103. À Seção de Educação em Saúde Ambiental compete:

I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Superintendência Estadual nas ações de sua abrangência.

MAPEAMENTO DE PROCESSOS NA FUNASA

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2006, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009-2012 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2006). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. Planejamento: Onde se define os processos a serem mapeados;
2. Mapeamento: Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. Análise e Redesenho do Processo: Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.
4. Implementação: Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estatuais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

A etapa de planejamento da modelagem dos processos consiste na identificação dos pré-requisitos de mapeamento e modelagem no desenvolvimento/aprovação do Plano de Trabalho e reunião com a equipe do processo para nivelamento conceitual metodológico.

A etapa de mapeamento do processo em sua situação atual (AS-IS) consiste na realização de reuniões para levantamento e diagramação do fluxo de trabalho como eles ocorrem, a ser realizado em conjunto entre a equipe do Escritório de Processos/Comor e Unidade Envolvida no processo de negócio. São também levantados os artefatos, modelos, controles e indicadores de desempenho utilizados na gestão do processo para possível padronização e modificações levantadas na etapa de análise do processo. Atualmente a Funasa dispõe de 48 processos mapeados na sua situação atual.

Na etapa de análise e redesenho do processo são realizados o levantamento de Cargos x Funções e Estrutura Organizacional que compõem o Diagnóstico da Situação Atual do Processo. No artefato Cargo x Funções identifica-se os cargos, funções e atribuições dos funcionários e se estes estão em conformidade com as rotinas de trabalho da área de negócio e se há ou não desvio de função.

No artefato Estrutura Organizacional identifica-se as competências e a força de trabalho da área de negócio, se há ou não unidades informais. Esses levantamentos servem de subsídio para analisarmos a capacidade e quantidade de recursos humanos necessários para a adequada execução de um processo, sinalizando no Diagnóstico a realocação/redistribuição de recursos humanos, capacitação ou contratação. Através de *brainstorming* são levantados os problemas que afetam os processos, relação destes problemas com as atividades do processo, propostas de melhoria, plano de implementação das melhorias (5W1H), relação das melhorias com a instituição (Matriz BASICO), diagrama de PARETO para priorização de causas a serem tratadas que mais influenciam no processo. Até este momento foram realizadas estas análises e proposição de melhorias para cerca de 35 processos.

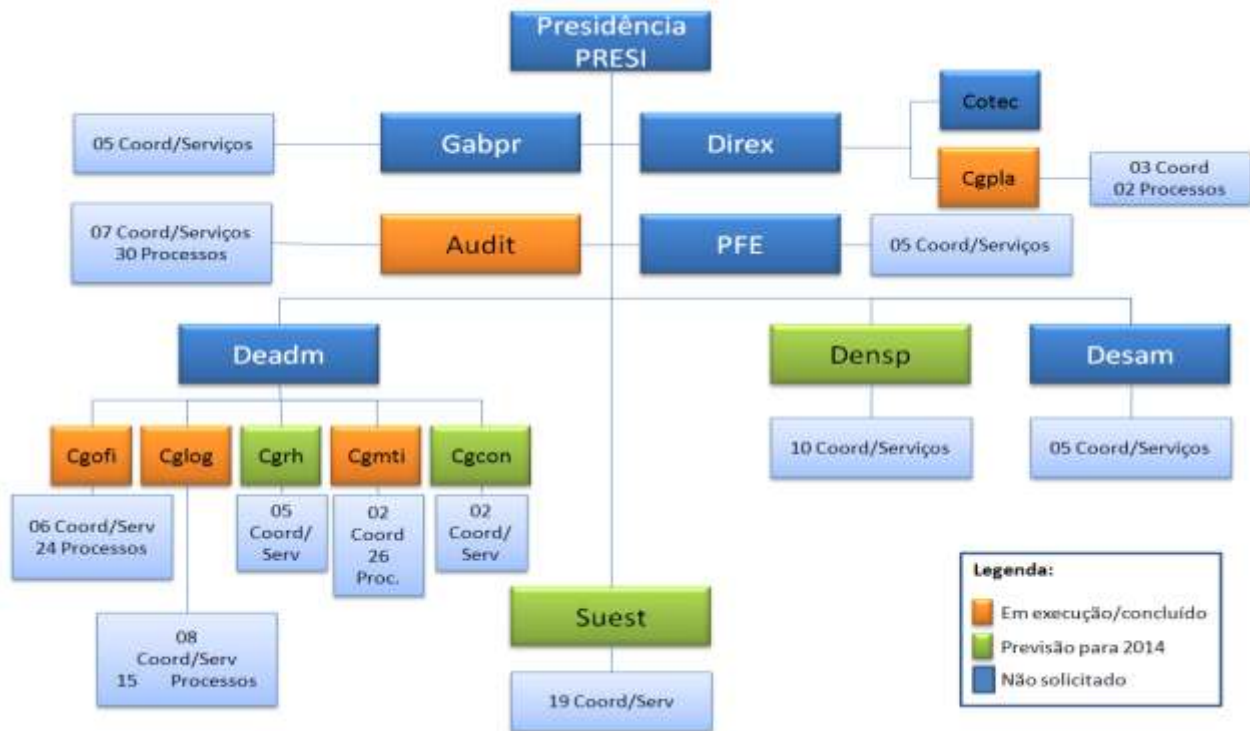
Após essa análise, é realizado o redesenho do processo contemplando as melhorias identificadas e aprovadas. São também elaborados/padronizados os controles e artefatos utilizados no decorrer do processo, bem como são definidos KPI's (Indicadores Chave de Desempenho). Até o momento foram criados aproximadamente 40 indicadores para os 35 processos mapeados e melhorados. Os indicadores criados medem a eficácia, eficiência e efetividade dos processos.

Na etapa de implementação dos processos são realizadas reuniões de sensibilização dos envolvidos nos processos para aprenderem e atuarem conforme a nova rotina melhorada. O processo é institucionalizado através de uma Norma aprovada pelo Diretor da área de negócio ou até mesmo pelo Presidente da Funasa, dependendo da abrangência do processo, conforme definido na Norma de Instituição de Manuais e Elaboração e Alteração de Normas (MNP-AD-001-2012).

Atualmente a FUNASA possui 03 Normas aprovadas com base no mapeamento de processos e 09 Normas em fase aprovação, sendo elas:

Área	Norma	Status
Cgmti/Deadm	Norma de Suporte a Sistemas - Atendimento ao usuário	Aprovada
Cgmti/Deadm	Solicitação e Aquisição de Bens e Serviço de Informática	Aprovada
Cgmti/Deadm	Mapeamento de Processos e Escritório de Processos	Aprovada
Cglog/Deadm	Norma de Gestão do Arquivo e Documentação	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Apropriação de Bens	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Formalização de Solicitação, Devolução e Descarte de Materiais de Consumo	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Solicitação de Materiais e Serviços	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Fiscalização de Contratos	Em aprovação
Audit/Funasa	Norma de Tomada de Contas Especial	Em aprovação
Cgmti/Deadm	Gestão de Tratamento de Incidentes de Redes	Em aprovação
Cglog/Deadm	Norma de Formalização de Aquisições e Contratações Diretas	Em aprovação
Cgcon/Deadm	Norma de Gestão de Convênios	Em aprovação

Foi realizado um levantamento inicial com as áreas de negócio da Funasa e identificado, para cada área, um quantitativo estimado de processos como demonstrado no gráfico abaixo. O gráfico também informa das áreas, quais estão em fase de mapeamento, quais estão previstas para 2014 e quais ainda não solicitaram o mapeamento dos processos:



Área	Processo	Mapeamento	Normas
Cgpla/Direx	Elaboração do Plano Estratégico	Concluído	Não normatizado
	Execução e Acompanhamento	Concluído	Não normatizado
Cgcon/ Deadm	Celebração de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Pagamento de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Prorrogação de Convênios	Concluído	Não normatizado
	Celebração PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Pagamento PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Prorrogação PAC - Plano de Aceleração do Crescimento	Concluído	Não normatizado
	Gestão de Transferência Voluntária (com 12 subprocessos)	Concluído	Não normatizado
	Gestão de Transferência Obrigatória - PAC	Concluído	Não normatizado
	Cotec/Direx	Seleção do Organismo Internacional para Cooperação	Concluído
Elaboração do Marco Lógico		Concluído	Não normatizado
Processo de Contratação do Organismo Internacional		Concluído	Não normatizado
Controle de Produtos		Concluído	Não normatizado
Cancelamento de Contrato de Produtos		Concluído	Não normatizado
Cglog/	Cadastramento Geral - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado

Área	Processo	Mapeamento	Normas
Deadm	Concessão de Diárias e Passagens - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas - PRESI/FUNASA	Concluído	Não normatizado
	Cadastramento – SUEST	Concluído	Não normatizado
	Concessão de Diárias e Passagens - SUEST	Concluído	Não normatizado
	Prestação de Contas – SUEST	Concluído	Não normatizado
	Arquivamento de Processos/Documentos	Concluído	Em aprovação
	Classificação de Documentos	Concluído	Em aprovação
	Consulta/empréstimo de Processos/Documentos	Concluído	Em aprovação
Cglog/ Deadm	Eliminação de Documentos	Concluído	Em aprovação
	Apropriação de Bens	Concluído	Em aprovação
	Controle Patrimonial de Bens Imóveis	Iniciado	Em mapeamento
	Desfazimento de Bens	Iniciado	Em mapeamento
	Movimentação de Bens Móveis	Iniciado	Em mapeamento
	Adesão a Ata	Concluído	Em aprovação
	Cotação Eletrônica	Concluído	Em aprovação
	Dispensa ou Inexigibilidade	Concluído	Em aprovação
	Fiscalização de Contratos	Concluído	Em aprovação
	Formalização do Contrato	Concluído	Em aprovação
	Formalização do Processo de Aquisição/Contratação	Concluído	Em aprovação
	Gerenciamento de Contratos	Concluído	Em aprovação
	Gerenciar Material de Consumo	Concluído	Em aprovação
	Manutenção Predial	Concluído	Em aprovação
	Solicitação de Materiais e Serviços	Concluído	Em aprovação
Cgmti/ Deadm	Solicitação e Aquisição de Bens e Serviços de Informática	Concluído	Normatizado
	Suporte Técnico ao Usuário	Concluído	Não normatizado
	Rede e Infraestrutura	Concluído	Não normatizado
	Desenvolvimento e Melhoria de Sistemas	Concluído	Não normatizado
	Banco de Dados	Concluído	Não normatizado
	Suporte a Sistemas	Concluído	Normatizado
	Design e Web	Concluído	Não normatizado
	Gerir o tratamento de incidentes em Redes	Concluído	Em aprovação
Metodologia de Mapeamento e Modelagem de Processos	Concluído	Normatizado	
Cgofi/ Deadm	Análise Contábil	Iniciado	Em mapeamento
	Consolidação das Informações de IRRF	Iniciado	Em mapeamento
	Bloqueio e Desbloqueio de Contas Correntes de Convênios	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Convênios	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Fornecedores	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Pessoal (Folha de Pagamento)	Iniciado	Em mapeamento
	Registro de Contrato e Garantia	Iniciado	Em mapeamento
	Acompanhamento e baixa de inadimplência	Iniciado	Em mapeamento
	Atendimento a Diligências	Iniciado	Em mapeamento
	Declarações Obrigatórias	Iniciado	Em mapeamento
	Dotação Orçamentária	Iniciado	Em mapeamento
	Empenho	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamento de Diárias e Passagens	Iniciado	Em mapeamento
	Pagamentos Diversos	Iniciado	Em mapeamento
	Prestação de Contas	Iniciado	Em mapeamento
	Programação Financeira	Iniciado	Em mapeamento
	Registro Contábil	Iniciado	Em mapeamento
	Suprimento de Fundos	Iniciado	Em mapeamento
Auditoria	Solicitação e instauração de TCE	Concluído	Em aprovação

Área	Processo	Mapeamento	Normas
	Desenv. pré-certificação, certificação e julgamento TCE	Concluído	Em aprovação
	Acompanhamento e Monitoramento	Iniciado	Em mapeamento
	Analisar e Monitorar Denúncias	Iniciado	Em mapeamento
	Monitoramento do PAINT	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria de Gestão	Iniciado	Em mapeamento
	Relatório de Gestão e Prestação de Contas	Iniciado	Em mapeamento
	Análise de Processos Administrativos	Iniciado	Em mapeamento
	Folha de Pagamento	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria Especial	Iniciado	Em mapeamento
	Elaboração PAINT	Iniciado	Em mapeamento
	Apuração de Denúncia de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Auditoria Especial de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Análise de Processo Administrativo de Transferência	Iniciado	Em mapeamento
	Análise Inicial	Iniciado	Em mapeamento
	Investigação Preliminar	Iniciado	Em mapeamento
Auditoria	Sindicância Investigativa	Iniciado	Em mapeamento
	Sindicância Punitiva	Iniciado	Em mapeamento
	PAD - Rito Ordinário	Iniciado	Em mapeamento
	PAD - Rito Sumário	Iniciado	Em mapeamento
	Termo de Ajustamento de Conduta - TAC	Iniciado	Em mapeamento
	Atender demanda do controle externo	Iniciado	Em mapeamento
	Acompanhar as auditorias externas	Iniciado	Em mapeamento
	Tramitação e Atendimento de Documentos	Iniciado	Em mapeamento
	Solicitação de Material	Iniciado	Em mapeamento

De acordo com a tabela acima, demonstramos que atualmente temos 48 processos mapeados, 45 processos em fase de mapeamento, 03 processos normatizados e 18 em fase de aprovação da normatização. Quanto os 27 processos não normatizados, os mesmos serão submetidos a uma posterior atualização no intuito de normatizá-los.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos Finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que se dará, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Com base em suas atribuições, foram identificados na Funasa três macroprocessos finalísticos: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações de Saúde Ambiental e Gestão de Convênios. Porém, os macroprocessos Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública e Gestão de Ações de Saúde Ambiental ainda não possuem seus processos mapeados.

1) Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública: Trata da proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa.

As Superintendências Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.

2) Gestão de Ações de Saúde Ambiental: Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.

3) Gestão de Convênios: Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).

As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.

O mapeamento dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de "Gestão de Convênios", bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo.

Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Modernização/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Deadm e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Os macroprocessos finalísticos mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: "<http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>".

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que apoiam e fornecem subsídios às áreas finalísticas para o cumprimento da missão institucional.

De acordo com seu Organograma Funcional, a Funasa conta em sua estrutura, com um Departamento de Administração, unidade responsável pelos macroprocessos de apoio, essencial para o funcionamento da Instituição.

As atribuições do Departamento de Administração, nos termos do Decreto nº 7.335/2010 incluem planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas ao patrimônio, compras e contratações; desenvolvimento institucional, organização, qualidade,

normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e utilização, manutenção e modernização dos recursos de informação e informática.

Os processos de apoio da Funasa foram divididos em Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão de Logística, Gestão de Pessoas, Gestão de Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação, conforme detalhado a seguir:

1) Gestão Orçamentária e Financeira: Contempla os processos relativos à programação e execução orçamentária e financeira da Funasa, tais como: Proposta orçamentária para o exercício; Programação Orçamentária e Financeira; Processo de Empenho; Processo de Liquidação; Pagamento de Convênios e de Fornecedores e serviços; e Processo contábil.

Processos	Principais Atividades
Pagamento de Convênios	Analisar para pagamento, Efetuar Ajuste Contábil, Apropriar Despesa, Efetuar Pagamento, Efetuar Conferência, Emitir Relação de Ordem Bancária, Colher assinaturas do Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro e Encaminhar R.E. para o banco Creditar.
Pagamento de Fornecedores	Efetuar Triagem, Analisar para Pagamento, Emitir Pagamento, Certificar documentos Emitidos e Pagamentos, Providenciar Assinaturas da R. E, Devolver Processo Físico, Encaminhar R.E. ao Banco
Registro de Garantia e Contrato	Analisar processo de garantia ou contrato, consultar Siafi, Registrar contrato ou Termo Aditivo, Registrar no Siafi nota de lançamento, e Efetuar Guarda do processo.
Devolução da Caução	Consultar Fiscal do Contrato, Solicitar a retirada da caução, emitir ofício ao Banco, Efetuar baixa no registro da caução, Providenciar reconhecimento de Firma, Retirar o dinheiro no banco.
Análise Contábil	Analisar os registros contábeis, Solicitar regularização dos registros contábeis, Registrar ocorrências de restrição contábil, Elaborar memorandos de notificação sobre restrição contábil para as Unidades da Funasa na Presi e para as Suest's
Consolidação das Informações Imposto de Renda Retido na Fonte	Realizar ajustes no ATUARQDIRF antes do envio da DIRF/GOV, Consolidar Declaração de Imposto de Renda retido na Fonte para envio à Receita, Consultar pagamentos e recolhimentos no SIAFI Operacional, Ajustar inconsistências diretamente no Programa da Receita

A Superintendência Estadual– Suest – RS, atua nos macroprocessos de apoio Financeiros, executando e acompanhando a programação e execução orçamentária e financeira, mantendo atualizados os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos. Também promove o pagamento de processos de despesa estadual, bem como envia e/ou retifica as declarações anuais obrigatórias a nível Suest. Promove estudos de custos orçamentários e financeiros das ações envolvidas pela Superintendência.

2) Gestão de Logística: Refere-se aos processos relacionados com toda a logística da Funasa, sendo esses Gestão de Compras e Contratações; Gestão de Contratos; Gestão de Diárias e Passagens; Gestão de Patrimônio; Gestão de Transporte; e Gestão do Fluxo de Documentação.

Processos	Principais Atividades
Gestão de Compras e Contratações	Aquisições e Contratações Diretas e por meio de Licitações. Gerenciamento de Contratos. Gerenciar Material de Consumo. Manutenção Predial. Solicitação de Materiais e Serviços. Fiscalização de Contratos.
Gestão de Patrimônio	Apropriação de Bens. Controle Patrimonial de Bens Imóveis. Desfazimento de Bens. Inventário. Movimentação de Bens Móveis.
Gestão de Arquivo e Documentação	Abertura e Recebimento de Documentação. Arquivamento de Processos/Documentos. Classificação de Documentos. Eliminação de Documentos.
Gestão Diárias e Passagens	Cobrança Trimestral. Orientações em Diárias e Passagens. Prestação de Contas. Solicitação de Diárias e Passagens. Concessão de Diárias e Passagens. Prestação de Contas.

Neste macroprocesso as Superintendências Estaduais aplicam o controle, orientação e fiscalização da execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação; análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação; acompanhamento da execução de contratos, acordos e ajustes; e na elaboração de minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

3) Gestão de Pessoas: Trata-se dos processos de captação e capacitação de recursos humanos, desde a seleção ao pagamento, tendo como principais processos a Promoção e Progressão de Servidores; Movimentação de Pessoas/Afastamento; Gestão de Seleção e Desenvolvimento; Pagamento dos Servidores; Assistência Integrada à Saúde do Servidor; Orientação para Aplicação da Legislação de Pessoal; e Gestão de Parcerias de RH.

Processos	Principais Atividades
Movimentação de Pessoas / Afastamento	Pensão, Aposentadoria e Abono de Permanência. Cessão e Redistribuição. Remoção, Licenças, Férias, Exoneração e Demissão.
Gestão de Seleção e Desenvolvimento	Recrutamento e Seleção. Elaboração de Políticas de Seleção e Desenvolvimento. Capacitação de RH.
Pagamento dos Servidores	Controle de Folha de Pagamento.

A Gestão de Pessoas nas Superintendências Estaduais refere-se à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas pela Presidência; proceder com estudos sobre lotação ideal de seus servidores; executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas; elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração; executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos; promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Funasa, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo.

4) Gestão de Modernização: Processos relacionados ao desenvolvimento institucional, gestão pública, implementação dos padrões de qualidade no atendimento ao cidadão, gestão por processos e normatização.

Processos	Principais Atividades
Gestão por Processos / Normatização	Mapear e melhorar os processos de negócio da Funasa. Normatizar os procedimentos de trabalho. Promover interação e comunicação entre as áreas visando racionalizar o método de trabalho. Propor/criar indicadores de desempenho e qualidade para os processos de negócio.
Elaboração / Revisão de Formulários	Elaborar e atualizar formulários de acessos à sistemas de informação e rede de computadores da Funasa.
Implementação dos Padrões	Elaborar Material p/ a Implementação dos Padrões.

de Qualidade no Atendimento ao Cidadão	Implementar Padrões de Qualidade. Monitorar Unidade após Implementação dos Padrões.
Gerir Gespública na Funasa	Capacitar Facilitadores p/ Auto-Avaliação. Realizar Sensibilização no âmbito da FUNASA. Realizar Auto-Avaliação. Elaborar Plano de Melhoria. Estabelecer Metas de Melhorias. Implementar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Monitorar Plano de Melhoria da Gestão-PMG. Executar Ações Corretivas.

Este macroprocesso não se aplica às SUEST pois trata-se de uma atividade centralizada na Presidência da Funasa.

5) Gestão de Tecnologia da Informação: Processos referentes à toda gestão de TI na Funasa, desde um atendimento de suporte ao desenvolvimento de sistemas, banco de dados e rede e infraestrutura. Dentre esses processos compreende suporte técnico ao usuário; serviços rede e infraestrutura; desenvolvimento e melhoria de Sistemas; banco de dados; suporte a sistemas e governança em TI.

Processos	Principais Atividades
Suporte Técnico ao Usuário	Suporte a Ponto e Acesso a Rede. Remanejamento de Equipamentos. Suporte a Aplicativos. Suporte a Peças e Equipamentos.
Rede e Infraestrutura	Gestão de Servidores de Rede. Comunicação de Dados de Rede.
Desenvolvimento e Melhoria de Sistemas	Desenvolvimento de Novos Sistemas. Manutenção de Sistemas.
Banco de Dados	Criação e Manutenção de Objetos. Execução de Script. Análise de Erros. Migração e Carga de Dados. Manipulação de Dados em Produção. Migração de Banco de Dados. Backup de Banco de Dados.
Suporte a Sistemas	Implantação de Sistemas. Atendimento a Usuário. Qualidade e Capacitação.
Aquisição de Bens e Serviços de Informática	Planejamento da Contratação. Análise de Viabilidade. Plano de Sustentação. Estratégia da Contratação. Análise de Riscos. Elaboração de Termo de Referência. Seleção do Fornecedor. Gerenciamento do Contrato. Monitoramento da Execução do Contrato.

Este macroprocesso se aplica às Superintendências Estaduais apenas no que tange à fiscalização dos serviços e utilização dos bens e serviços TI, os demais processos tratam-se de atividades centralizadas na Presidência da Funasa.

Os macroprocessos de apoio mapeados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: "<http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>".

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação no Apoio à Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento foi criado para apoiar os entes federados e as instituições públicas prestadoras de serviços de Saneamento Ambiental, na prevenção e no controle das doenças e outros agravos de forma a contribuir para a promoção da saúde pública.

Esse programa se apresenta como um instrumento que visa o fortalecimento das estruturas e da gestão dos serviços de saneamento, por meio de mecanismos e estratégias como: cooperação técnica e financeira, intercâmbio, estudos, pesquisas, produção conjunta do conhecimento e transferência de tecnologias, incluindo a adequada gestão de recursos humanos e seu aperfeiçoamento por meio da capacitação.

Objetivos do programa

Geral

O Programa de Cooperação Técnica em Saneamento Ambiental tem como objetivo propiciar aos estados, municípios e Distrito Federal, um conjunto de processos, ações, atividades e procedimentos para melhorar a gestão dos serviços de saneamento, buscando a sustentabilidade dos serviços e a promoção da saúde humana.

Específicos

Apoiar e subsidiar as unidades federadas e municípios no diagnóstico, planejamento e execução das ações de saneamento ambiental;

Apoiar e subsidiar as instituições públicas prestadoras de serviço de saneamento ambiental, em especial os municípios, na organização e/ou fortalecimento das estruturas institucionais da área e da gestão de recursos humanos.

A expectativa da Funasa é que o Programa de Cooperação Técnica, trabalhado de forma transversal, em parceria com instituições governamentais e não governamentais, bem como articulado com os setores organizados da sociedade civil e seus movimentos sociais, possa vir a contribuir para a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade dos serviços de saneamento ambiental, a inclusão social e a promoção da saúde humana, respeitando os princípios da equidade, universalidade e integralidade.

Ação conjunta das três esferas de Governo

É um princípio característico não só de uma república federativa num regime democrático, mas também decorrente da estrutura, das diretrizes e da dinâmica do SUS, por se tratar de questões de saúde. O Programa de Cooperação Técnica poderá fomentar e reforçar estas relações entre as três esferas de governos (federal, estadual e municipal), em especial entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. O Programa deverá estar articulado à dinâmica do processo de tomada de decisões nas instâncias colegiadas do SUS e atento à necessidade de aperfeiçoamento dessa dinâmica.

Nessas relações intergovernamentais, o Programa deverá promover a articulação institucional entre os gestores do sistema definindo com clareza a participação, o compromisso, a responsabilidade e as atribuições de cada instância no processo. À esfera federal compete participar da formulação e da implementação da política de saneamento. À estadual cabe participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento e à municipal compete executar os serviços de saneamento.

Campo de atuação do Programa

Decorrente de sua atual missão, a Funasa pauta sua atuação em Saneamento Ambiental nas seguintes diretrizes:

Fomentar ações sustentáveis de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental integrada às diretrizes do SUS e à política de saneamento do Governo Federal;

Avançar no processo de integração com outras instâncias dos governos e da sociedade civil potencializando as ações da Funasa, garantindo a participação popular, o controle social e a consolidação do SUS.

Linhas de Ação do Programa

Para obtenção dos resultados esperados o Programa de Cooperação Técnica atua estrategicamente nas seguintes linhas de ação:

Desenvolvimento institucional - Objetivo

Fomentar e assessorar os entes federados e municípios na estruturação, organização, fortalecimento, implantação e implementação das ações necessárias ao desenvolvimento institucional dos serviços públicos de saneamento objetivando a sua sustentabilidade.

Capacitação de recursos humanos – Objetivo

Capacitar os profissionais dos órgãos responsáveis pela administração dos serviços de saneamento para que eles possam desenvolver suas atividades de forma manter a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Elaboração do plano municipal de saneamento ambiental - Objetivo

Instrumentalizar e assegurar aos entes federados as condições necessárias ao planejamento das ações locais de saneamento ambiental e a sustentabilidade dos serviços. No Estado do Rio Grande do Sul estão sendo viabilizadas parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais.

Parceiros que desenvolvem atividades em conjunto com a Funasa: Emater, Corsan, Prefeituras, Universidades, Cooperativas.

2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

INTRODUÇÃO SOBRE SANEAMENTO AMBIENTAL

Historicamente, o investimento em Saneamento no Brasil foi orientado por aspectos que não levavam em conta critérios epidemiológicos, as condições de salubridade ambiental e as condições sócio-econômicas das comunidades atendidas. Este modelo conduziu a privilegiar as áreas mais desenvolvidas em detrimento daquelas com população de menor poder aquisitivo ou dispersas. A atuação do Setor Saúde na área de Saneamento teve início institucionalmente a partir do ano de 1942, amparado pelo Decreto Lei nº 4.275, que autorizou o então Ministério da Educação e Saúde, a organizar o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) em cooperação com o *Institute of Interamerican Affairs*, do Governo Americano.

Hoje, contamos com a participação da Funasa no cenário do Saneamento Básico do Brasil onde se insere no contexto da Política Nacional de Saneamento. Esta participação tem se dado no fomento às ações e programas de saneamento que atendem aos segmentos urbanos com populações de até 50.000 habitantes e às áreas rurais de todos os municípios brasileiros, principalmente no atendimento às populações remanescentes de quilombos, aos assentamentos rurais e às populações ribeirinhas, legalmente, de responsabilidade exclusiva a Funasa.

A integração entre as ações de saúde e de saneamento no Brasil está respaldada pela legislação vigente que enfatiza a importância da articulação das políticas públicas desses importantes setores sociais.

As atribuições do setor saúde em saneamento estão fundamentadas na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e na Lei nº 11.445/2007 que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico com seu respectivo Decreto regulamentador (Decreto nº 7217/2010).

A Constituição Federal de 1988 definiu como competência da União a de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos (art. 21, inciso XX). No art. 200, inciso IV, regulamentado pela Lei 8080/90, foi

garantido de forma clara, a participação do setor saúde (Sistema Único de Saúde) na formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

A Lei nº 11.445/07 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico definiu os marcos da política pública federal de saneamento, e consolidou os referenciais de natureza jurídica e institucional para a atuação dos diversos agentes envolvidos na execução da política de saneamento básico no País.

Um dos avanços obtidos na Lei diz respeito à formulação de políticas públicas, à possibilidade de planejar e, sobretudo, à participação popular, associada à co-gestão, pois os poderes federal, estadual e municipal atuarão articuladamente, oportunizando maiores alcances, voltados para o atendimento das ações de saneamento básico à população de baixa renda, tendo como principal instrumento a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Assim, o advento da Lei nº 11.445/2007, Lei do Saneamento, configura-se numa proposta de reversão histórica dos baixos níveis de institucionalização e baixa efetividade, pois se vislumbra possibilidades concretas de melhor impactar o cenário sócio-sanitário e epidemiológico do país.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Governo Federal visando promover a possibilidade de aceleração do crescimento econômico, mantendo a inflação em níveis baixos e aproveitando a positividade dos atuais indicadores macroeconômicos e sociais, desenvolveu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC é considerado mais do que um programa de expansão do crescimento. Ele é visto como um novo conceito de investimentos em infraestrutura que, aliado às medidas econômicas, tem a finalidade de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país.

O modelo adotado busca o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, combinando crescimento da economia com a distribuição de renda, proporcionando a

diminuição da pobreza e a inclusão social, por meio da geração de infraestrutura e do mercado formal de trabalho.

O PAC foi instituído como programa de governo inicialmente para o período de 2007 a 2010, para aplicar um montante da ordem de R\$ 503,9 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação, e recursos hídricos. Fica evidente que a expansão do investimento em infraestrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil.

O conjunto de investimentos desta primeira fase foi organizado em três eixos decisivos: Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, e hidrovias; Infraestrutura energética, correspondendo à geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e Infraestrutura Social e Urbana, englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do Programa Luz para Todos e recursos hídricos.

Dentro da área social e urbana foram elencados os investimentos em Saneamento Básico baseados nas seguintes premissas: Buscar a Universalização do Atendimento; Implementar a Lei do Saneamento Básico; Garantir a Política estável de financiamento das Ações de Saneamento; Promover intervenções integradas e sustentáveis nas favelas; e Apoiar a preparação de projetos, obras e ações de desenvolvimento institucional dos prestadores.

A Fundação Nacional de Saúde, atuando como órgão executivo e fiscalizador do MS, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento em todos os municípios brasileiros.

Tendo em vista a atuação da Funasa no desenvolvimento das ações de Saneamento, foi delegada a ela a função de executar as ações de Saneamento do PAC 2007-2010, contemplando obras em cinco eixos de atuação: Eixo I – Saneamento em Áreas Especiais; Eixo II – Saneamento em Áreas de Relevante Interesse Epidemiológico; Eixo III – Saneamento em Municípios com População de até 50.000 habitantes; Eixo IV – Saneamento Rural; e Eixo V – Ações Complementares de Saneamento.

A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) prevê a realização de obras para a construção de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), aí incluídas as ações de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), além de contratação de serviços para a Elaboração de Projetos de Engenharia, para aqueles municípios que assim o pleitearam, definindo uma carteira de investimentos em saneamento em todo o país, com previsibilidade da oferta de recursos em um horizonte quadrienal (2011 a 2014), lançando um conjunto de medidas institucionais visando à continuidade da execução dos empreendimentos, bem como o aumento nos investimentos realizados por Estados e Municípios.

A previsão é investir R\$ 5 bilhões em SAA e SES, nos municípios com até 50 mil habitantes de todo o país (cerca de 90% da Federação), exceto aqueles integrantes das 12 regiões metropolitanas, sendo R\$ 4 bilhões da Fundação Nacional de Saúde e R\$ 1 bilhão do Ministério das Cidades.

O PAC introduziu um método inovador de monitoramento, disseminou a cultura de priorização, responsabilização e de transparência das informações. As medidas adotadas pelo Governo no âmbito do programa estão ajudando a remover obstáculos ao crescimento e reduzir as desigualdades sociais e regionais. As obras do PAC constituem categoria de transferências obrigatórias, facilitando o repasse de recursos dos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Funasa por meio de diversas portarias ao longo do ano de 2012, procurou realizar um trabalho em conjunto com os municípios. Foram editadas as Portarias nºs 22, de 11/01/2012 - Análise Técnica dos pleitos relacionados Resíduos Sólidos Urbanos, relativos à aquisição de veículos e equipamentos; Portaria nº 118, 14/02/2012 - Aprovou os critérios e os procedimentos dispostos no Anexo I, concernente à aplicação de recursos orçamentários e financeiros, por meio de celebração de convênio, visando apoiar os municípios e Consórcios Públicos na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme dispõe a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Decreto nº 7.217, de 21 de julho de 2010 e a Lei 11.107, de 06 de abril de 2005; Portaria nº 453, 05/06/2012 - Aprovou os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do programa de Resíduos Sólidos Urbanos; Portaria nº 608, 19/07/2012 Tornou público a seleção de propostas para o Programa de Apoio a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; Portaria nº 896,

01/11/2012 – Convocou os municípios para serem apoiados técnica e financeiramente com implantação ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais, no âmbito das ações de Saneamento Rural da Funasa no Programa Água Para Todos / Plano Brasil Sem Miséria para o ano de 2012, e Portaria nº 937, de 20/11/2012 - Informou os municípios para serem apoiados técnica e financeiramente com ação de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, referente ao exercício de 2012.

Enfim, estabeleceu um conjunto de critérios e procedimentos para a seleção de estados e municípios que receberiam recursos orçamentários não onerosos com o objetivo de diminuir o déficit de saneamento básico, com ênfase na implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário (coletivo e domiciliar), bem como para a contratação pela Funasa da elaboração de projetos coletivos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Coordenação Geral de Planejamento – CGPLA, área vinculada à estrutura da Presidência da Funasa, iniciou em janeiro de 2012, juntamente com as Superintendências Estaduais e representantes de diversas áreas, um processo de Planejamento da Instituição, objetivando implementar um novo instrumento de gestão.

Inicialmente foi realizado um levantamento de necessidades considerando as atividades por área de atuação. Representando a SUEST/RS participaram a Divisão de Engenharia de Saúde Pública, Serviço de Convênios, Serviço de Saúde Ambiental, Divisão de Administração, Serviço de Recursos Humanos. Posteriormente foi realizado um treinamento do aplicativo MS PROJECT que tinha como objetivo identificar e acompanhar as atividades das áreas e o alcance das Metas/Ações/Programas sob a responsabilidade da Funasa. O MS Project não mede resultados, somente verifica se as ações estão sendo executadas.

O ano de 2012 foi marcado por este novo ciclo de planejamento de acordo com as metas estabelecidas e pactuadas pelo PPA - Plano Plurianual 2012/2015. O Planejamento 2013 foi elaborado através do Plano de Ações e de Metas da Superintendência Estadual da Funasa no

Rio Grande do Sul, e que contempla os Programas e Projetos da Funasa/Presidência e este é formatado considerando a realidade e necessidades atendidas no âmbito do Estado.

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade em 2013:

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com uma nova revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores.

Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015.

As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de

monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2013, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por consequência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015.

As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de

monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional. A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição.

Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2013, foi instituído novamente para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por conseqüência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação.

Através de um trabalho de monitoramento é possível identificar as dificuldades, os resultados e os avanços na execução das metas. Por isso, o - MS Project, é um sistema que veio para auxiliar no Planejamento e é responsável pelo monitoramento e desenvolvimento das ações na Instituição, permitindo uma avaliação sistemática e transparente dos trabalhos que estão sendo implantados nas Superintendências Estaduais.

A Superintendência Estadual cadastrou no sistema as ações relativas à sua divisão e pode visualizar as demais e todo esse processo foi acompanhado via web pelas áreas, pelo Superintendente Estadual e pela Presidência da Funasa. Esse sistema de planejamento organizou e possibilitou a tomada de decisões, para a realização das atividades da Superintendência, visando solucionar os problemas, alcançar objetivos, servindo de orientação para a concretização e a qualidade dos serviços prestados.

Na área de Saneamento Ambiental, especificamente no ano de 2013 nos serviços que envolvem os Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Melhorias Habitacionais para controle a Doença de Chagas, a Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul desenvolveu ações em municípios de até 50.000 mil habitantes, totalizando, no Estado, aproximadamente 400 municípios.

Cabe ressaltar, que as ações de Saneamento Ambiental são desenvolvidas de forma descentralizada, isto é, através de Convênios com repasse de recursos e de Cooperação Técnica. Considerando os desafios apresentados no cumprimento das responsabilidades da nossa Superintendência Estadual, ressalta-se o grande problema enfrentado com a carência de pessoal, comparado com a abrangência da população atendida, bem como a extensão territorial do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

As Superintendências Estaduais não tem responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015, portanto o item 2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

"NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA".

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão: Indicadores de Desempenho.

2. 4. INDICADORES

Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa Eixo: Engenharia de Saúde Pública

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área	Meta do Indicador	Série Histórica			Análise Crítica do Indicador
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado	
1	Percentual de comunidades rurais com obras de saneamento contratadas.	Aferir o número de comunidades com obras de saneamento contratadas.	Nº de comunidades rurais com obras de saneamento Contratadas/ Nº de comunidades rurais com obras Programadas X 100	7/8*100	Eficácia	Sigob, Relatório Densp	Relatórios Sigob e Planilha Densp	Suest	Contratar x% de obras programadas	-	87,50%	87,50%	Essas obras foram contratadas com recursos do PAC2, após elaboração de projetos pela FUNASA, não se atingiu o percentual de 100% por ter havido negativa do prefeito de Formigueiro à época (final de 2012), em assinar o termo de cooperação.
2	Percentual de comunidades remanescentes de quilombos com obras de saneamento contratadas.	Aferir o número de comunidades com obras de saneamento contratadas	Nº de comunidades remanescentes de quilombos com obras Contratadas/ Nº de comunidades remanescentes de quilombos com obras Programadas X 100	10/10*100	Eficácia	Sigob, Relatório Densp	Relatórios Sigob e Planilha Densp	Suest	Contratar x% de obras programadas	-	100%	100%	Todas as obras previstas para o ano de 2013 de SAA e MSD para Quilombos foram realizadas em 2013
3	Percentual de municípios com apoio à gestão.	Aferir o desempenho no apoio À gestão dos prestadores de serviços de saneamento	Nº de municípios apoiados/ Nº de municípios programados X 100	0	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Suest	Alcançar 100% dos municípios programados	-	0	0	Ação não foi possível de ser realizada, por não haver técnicos disponíveis para essa atividade no ano
4	Percentual de municípios com capacitação na Gestão de Serviços de Saneamento.	Avaliar o desempenho na execução das ações de capacitação	Nº de municípios capacitados/ Nº de municípios programados X 100	0	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Suest	Alcançar 100% dos municípios programados	-	0	0	Ação não foi possível de ser realizada, por não haver técnicos disponíveis para essa atividade no ano
5	Percentual de municípios apoiados na elaboração do PMSB.	Avaliar o desempenho no apoio aos municípios na elaboração de PMSB	Nº de municípios apoiados/ Nº de municípios programados X 100	14/10*100	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de execução	Suest	Alcançar 100% dos municípios programados	-	100%	100%	Todas as capacitações de PMSB previstas para 2013 foram realizadas com apoio do Gabinete do Superintendente e do SESAM
6	Percentual de convênios concluídos no programa de Resíduos Sólidos Urbanos. OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.	Aferir o número de convênios concluídos no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de Resíduos Sólidos Urbanos.	(Nº de convênios concluídos no ano)/(Nº de convênios em acompanhamento) X 100	4/59*100	Eficácia	SIGOB	Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan	Suest	Alcançar 25% dos municípios a serem apoiados.	-	6,78%	6,78%	As ações de resíduos sólidos não tiveram acompanhamento adequado, tendo agora técnico específico para esta ação que está realizando visitas de encerramento e irá promover a atualização das informações nos sistemas, permitindo a melhora do indicador no exercício de 2014.
7	Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD). OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.	Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de MSD.	(Nº de convênios com obras concluídas no ano)/(Nº de convênios em acompanhamento) X 100	3/229*100	Eficácia	SIGOB	Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan	Suest	Alcançar 100% dos municípios a serem apoiados.	-	1,31%	1,31%	Tendo em vista a demora por parte dos municípios em realizar os procedimentos licitatórios e a necessidade de visita final de encerramento, este indicador será melhorado no presente exercício, uma vez que as segundas parcelas de muitos termos foram liberadas durante o ano de 2013.
8	Percentual de convênios concluídos no programa de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas (MHCDCCh). OBS: As ações previstas para apuração destes indicadores referem-se à realização de obras e, no caso da ação de resíduos sólidos, acrescenta-se a aquisição de veículos e equipamentos. Dessa forma, deverá ser aferido o número de convênios concluídos, conforme percentual de execução da obra (100% da obra concluída), em relação ao número total de convênios em acompanhamento na Suest. Entende-se por acompanhamento todos os convênios celebrados mas que estão na fase de análise/aprovação técnica ou que já tenham recursos liberados.	Aferir o número de convênios com obras concluídas no ano em relação aos convênios em andamento referentes ao programa de (MHCDCCh).	Nº de convênios com obras concluídas no ano)/(Nº de convênios em acompanhamento) X 100	1/74*100	Eficácia	SIGOB	Relatório de acompanhamento e consultas do SIGOB Sigesan	Suest	Alcançar 100% dos municípios a serem apoiados.	-	1,35%	1,35%	Muitos municípios tiveram e tem dificuldades para a realização dos procedimentos licitatórios, acabam licitando apenas material e executando as obras com mão de obra própria, fato este possível se previsto nos termos o que não é o caso, o que acaba contrariando a instruções vigentes e em uso pela Funasa.

Análise Crítica

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA EM 2013:

A DIESP/RS, durante o ano de 2013, buscou atender as demandas diárias de trabalho e com sua equipe reduzida, dando prosseguimento ao acompanhamento dos contratos de execução direta celebrados, supervisão às obras em execução junto aos municípios do RS referente aos TC/PAC, CV e EPs celebrados.

Fizeram pauta do trabalho da DIESP ainda o acompanhamento aos contratos celebrados para a elaboração de projetos de esgoto e supervisão de obras.

Procuramos também dar retorno às demandas dos órgãos de controle bem como auxiliar das demandas internas da SUEST/RS.

Houve a redução de mais um técnico do quadro da DIESP, bem como o processo seletivo da segunda etapa do PAC II, o que não possibilitou o adequado acompanhamento de supervisão em todas as obras em execução no estado, o que deve ser melhorado em 2014, tendo em vista o aumento do número de técnicos advindos do processo seletivo simplificado no final do ano de 2013.

Como pontos positivos podemos citar o grande número de municípios que procuraram a Funasa em 2013 apresentando projetos de saneamento básico, em valores aproximados de R\$ 1,0 bilhão, o que demonstra que os municípios melhoraram a qualidade de seus projetos com o apoio da SUEST/RS, obras de saneamento básico para assentamentos e quilombos tiveram início e a quase totalidade das obras iniciadas tiveram continuidade durante o ano. A equipe de técnicos recebeu orientação e treinamento para a continuidade e melhoria das suas atividades.

Como pontos negativos, o quadro reduzido de técnicos e o volume de processos de projeto não permitiu o adequado acompanhamento e supervisão dos objetos previstos nos termos.

Como expectativa para 2014, a DIESP/RS tendo em vista o aumento do número de técnicos espera ter condições de melhorar seus indicadores, permitindo maior número de visitas de supervisão, emissão de relatórios, atualização dos seus sistemas e encerramento de processos com obras em fase final de conclusão.

Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa Eixo: Saúde Ambiental

Nº	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo 2013	Memória de Cálculo 2013	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Meta do Indicador	Série Histórica			Análise Crítica do Indicador
										Resultado 2012	Resultado 2013	Resultado Acumulado	
9	Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	#DIV/0!	Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Sesam	Alcançar 100% dos municípios apoiados	0%	0%		
10	Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	100	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Sesam	Atender 100% comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	0%	100%		
11	Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	0	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCCA/SESAM	Sesam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	0%	0%		
12	Percentual de municípios com amostras de água analisadas.	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	100	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Sesam	Copet/D100% municípios programados com amostras de água	0,00%	100,00%		
13	Percentual de pesquisas financiadas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas financiadas pela Funasa.	$\frac{\text{Número de pesquisas financiadas}}{\text{Número de pesquisas selecionadas em 2012}} \times 100$	#DIV/0!	Eficiência	Siconv	Siconv	Sesam	Financiar 100% (22) pesquisas selecionadas.	0%	0%		
14	Percentual de pesquisas celebradas na área de saúde ambiental.	Aferir o percentual de pesquisas celebradas pela Funasa, demonstrando o esforço de suas unidades	$\frac{\text{(Número de pesquisas celebradas)}}{\text{(Número de pesquisas selecionadas em 2013)}} \times 100$	#DIV/0!	Eficiência	Siconv	Siconv	Sesam	Financiar 100% pesquisas selecionadas	0	0%		
15	Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	200	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Sesam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	0%	200%		

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA EM 2013:

Resumo das atividades desenvolvidas pela Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água no Estado:

As atividades analíticas do setor foram desenvolvidas ao longo do 2º semestre de 2013, já que no primeiro semestre foi priorizado capacitação interna do técnico responsável (curso de Operação de UMCQA e Curso de Operadores de ETA), atividades administrativas (definição de insumos para o setor, elaboração de registro de preço, pesquisa de preços, elaboração de POP's, elaboração de modelo de cooperação técnica), recebimento da UMCQA e de equipamentos (teste dos equipamentos analíticos e da UMCQA). Também no 1º semestre realizamos o diagnóstico de fluoretação que devido a dificuldade de recursos humanos e financeiros e ao grande número de municípios do estado (496) foi feito através de análise de dados coletados no Programa Vigiaqua.

No 2º semestre foram apoiados três municípios, com objetivo de acompanhar a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água que estão sendo fomentados em comunidades Quilombolas e Rurais com recursos da Funasa. O objetivo deste apoio é realizar diagnóstico das condições de abastecimento de água destas comunidades antes da intervenção fomentada pela Funasa e após a conclusão do SAA e também orientar os municípios conveniados na adoção de medidas para execução de Controle da Qualidade da Água destes sistemas. Como resultado, elaboramos relatórios de atividade e documentos de orientação para serem incluídos nos Processos de Acompanhamento do Convênio e servir de referência para intervenções corretivas no que concerne o Controle de Qualidade da Água. Também fizemos uma Nota Técnica sugerindo inclusão de medidores de cloro no Sistemas.

Como meios de divulgar a UMCQA e o Programa de Apoio ao Controle de Qualidade da Água, também participamos de eventos ao longo do ano expondo o equipamento.

- ✓ Pontos positivos
 - Disponibilidade, apesar das dificuldades estruturais, da Suest em organizar o setor;
 - Maior reconhecimento da importância das atividades da URCQA;
 - Primeiro ano de efetivo funcionamento da URCQA na Suest/RS;
 - Apoio da Superintendência na execução das atividades e na liberação dos servidores para cursos de capacitação.
- ✓ Pontos que precisam ser melhorados
 - Definição e reforma de uma sala de apoio para UMCQA na Suest/RS;

Baixo número de servidores (atualmente temos apenas 01 servidor);
Dificuldade nas respostas e andamentos das demandas da URCQA dificultando as ações de planejamento, devido ao grande número de atividades acumuladas por servidores da Suest/RS.

Resumo das atividades desenvolvidas pela Seção de Educação em Saúde Ambiental

As atividades de Seção de Educação em Saúde Ambiental foram priorizadas, no ano de 2013, nos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB e em Oficinas para divulgação do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental.

Organizamos e realizamos 14 Oficinas de PMSB nos seguintes municípios: Vila Maria, Liberato Salzano, Entre Rios do Sul, Ciríaco, Gentil, Nicolau Vergueiro, Lagoão, Encantado, Ernestina, Porto Lucena, Maçambará, Ronda Alta, São Marcos e Quinze de Novembro. Na Oficina de Ronda Alta 11 municípios da região foram orientados para a elaboração dos PMSB conforme Termo de Referência da Funasa. Outros municípios foram capacitados na Oficina realizada pela Assemae em parceria com a Funasa no município de Santa Maria: Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Progresso, Forquetinha, Marques de Souza, Santa Clara do Sul, Derrubadas, Pouso Novo, Boa Vista das Missões, Caibaté e Gramado dos Loureiros.

Além de orientar os técnicos e gestores municipais para elaborar cada etapa do Plano de acordo com a Lei 11.445/07 e com o Termo de Referência da Funasa, a Oficina tinha como foco principal mostrar a importância da participação social na elaboração dos Planos.

Com relação às Oficinas para divulgação do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental realizamos 04 Oficinas abrangendo um total de 41 municípios. Porém, dos projetos apresentados somente 03 foram aprovados pela COESA: São Pedro do Sul, Restinga Seca e o Consórcio CIGRES. No ano de 2014, após o pagamento destes convênios, a Suest iniciará o acompanhamento dos mesmos.

Também foram realizadas visitas técnicas a comunidade Quilombola Cantão das Lombas, que recebeu este ano, com recursos da Funasa, um Sistema de Abastecimento de Água.

✓ Pontos Positivos

Mesmo com apenas 01 servidor conseguimos realizar atividades relacionadas à área de Educação em Saúde Ambiental

- ✓ Pontos que precisam ser melhorados

Reduzido número de profissionais da área de educação na Suest/RS

DESAFIOS, CONQUISTAS, EXPECTATIVAS DO SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL:

Nosso principal desafio é o cumprimento integral das atividades relacionadas a Saúde Ambiental no estado. A falta de estrutura é um fator limitante na realização de nosso trabalho. A maior conquista do Sesam no ano de 2013 foi ter colocado em atividade a Unidade Móvel de Controle de Qualidade da Água. É o primeiro ano que teremos, por exemplo, dados analíticos referentes a qualidade da água em municípios do RS. A principal expectativa é ser reconhecido efetivamente como um apoiador técnico dos municípios no estado já que muitos vem a Funasa como mero repassador de recursos. Para isto, é fundamental a assinatura de termos de cooperação técnica que incluam capacitações e apoio laboratorial, sendo estes nossos objetivos para 2014.

Reunião com a Comunidade Quilombola Cantão das Lombas



Coleta e Análise de Água - Quilombo Cantão das Lombas



Oficina Plano Municipal de Saneamento Básico -POA





3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A 3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALI	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A UJ tem a competência de instauração das atividades correcionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº. 229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos de regulamentação interna da Funasa.

A UJ possui servidores capacitados e aptos para desenvolver qualquer atividade correcional, com exceção da sindicância patrimonial, bem como condições de garantir o suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia, o número de pessoal treinado ainda é baixo considerando a dimensão da organização funcional da Funasa e a saída de servidores utilizados com regularidade para este fim, que foram redistribuídos à nova secretaria Especial de Saúde Indígena, desmembrada da Fundação. Apesar disso, ao longo do 2º semestre de 2013 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

Os principais resultados de 2013 destacam-se: **1º**- A descentralização da atividade de registro das atividades correcionais do sistema CGU-PAD da Corregedoria para as Superintendências; **2º**- Melhoria no controle da instauração da atividade correcional indicados preliminarmente pela Corregedoria qual o procedimento mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração na Corregedoria de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Implementação dos procedimentos correcionais no âmbito da Fundação e em especial a publicação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD pela Funasa através da portaria nº1.005/2013, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância e a capacitação de mais dois servidores da Suest sobre a utilização do sistema informativo CGU-PAD;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativa da Funasa:

Portaria nº 1.005, de 13/08/2013 – Dispõe sobre a Política de Uso do sistema informativo CGU-PAD;

- Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;
- Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;
- Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;
- Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativa da CGU:

- Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;
- Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;
- Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;
- Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;
- Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;
- Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

RELAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E DE SINDICÂNCIAS INSTAURADOS E A INSTAURAR NA SUEST-RS -Dezembro -2013

ITEM	Nº DO PROCESSO	NATUREZA PAD/SIND	DATA DO OCORRIDO	OBJETO	ACUSADO	VALOR ESTIMADO	DATA DA PORTARIA	ÚLTIMO DESPACHO	DESPACHO
1	25265.002.740/2007-85	PAD	2004/2005	Apurar responsabilidade ocorrência multas de carros oficiais		5.388,55	11/05/2007	10/08/2007	PAD a ser instaurado
2	25265.003.975/2007-94	PAD	13/05/2006	Apreensão de veículo IGS 0712	Margarete R. da Trindade	745,85	10/07/2007	14/11/2011	PAD 25265.016.866/2011-13 Julgado pelo arquivamento
3	25265.006.978/2007-80	PAD	abr/04	Apurar irregularidades no contrato emergencial de telefonia movel	x	x	14/11/2007	04/04/2008	PAD a ser instaurado
4	25265.005.942/2008-60	PAD		Apurar responsabilidade de servidor em relação aos fatos da sindicância nº 073567-20.00/07-2 realizada pela SES/RS.	Carmo Pereira Severino	x	x	22/09/2012	Encaminhado para NUCLEO/MS
5	25265.003.034/2010-56	PAD	15/12/2009	Apurar fatos que impediram contratação de emp. de manutenção redes agua em áreas indígenas	Manoel Ribeiro e Robson Prade	x	24/03/2010	10/09/2010	PAD a ser instaurado
6	25265.004.453/2010-13	PAD	31/07/2007	Apurar responsabilidade pelo desaparecimento de 35 aparelhos celulares	Carlos Muller e Robson Prade	x	18/05/2010	28/11/2011	PAD a ser instaurado
7	25265.005.075/2010-87	PAD		Apurar irregularidades adm. envolvendo contrato celebrado entre a CORE/RS e a empresa RR comercio serviços Ltda., serviços de lavagens em viaturas	Roberto, Robson e Ledi Silva	x	05/05/2010	06/12/2011	PAD a ser instaurado
8	25265.005.029/2010/88	SIND. PU	13/04/2010	Agressão física entre servidores nas dependências desta Core/RS	Davi Ribeiro e Bruno Bezerra	x	27/05/2010	23/09/2010	PAD a ser instaurado
9	25265.078.505/2006-01	SIND	ago/06	Apurar irregularidades apontadas pela CGU no CV 1006/01 -Extravio de processo	x	x	x	05/01/2007	Sindicância Investigativa a ser instaurada
10	25265.003.885/2008-84	SIND. PU	19/05/2008	Furto da viatura santana quantum IEM 1498, em 19 de maio de 2008	José Antônio F.Roque	x	x	14/09/2012	SALOG/SOPAT baixa patrimonio e DETRAN
11	25265.002.643/2008-73	SIND	14/04/2008	Apurar o arrombamento da sala do almoxarifado do 6º andar da Funasa causando dano ao erário	x	x	x	29/08/2008	Sindicância Investigativa a ser instaurada
12	25265.002.992/2008-95	SIND	18/02/2008	Apurar fatos referente roubo material permanente - impressora -	x	x	x	20/08/2008	Sindicância Investigativa a ser instaurada
13	25265.018.065/2005-44	PGF	jul/05	Comunicação de ocorencia de furto	x	x	x	11/05/2011	PGF para parecer
14	25265.003.257/2008-07	PGF	18/05/2008	Desaparecimento bens da Unidade Saude Campo Molhado Maquiné	x	x	x	11/05/2011	PGF para parecer
15	25265.000.606/2009-10	PGF	12/01/2009	Acidente com Nissan JKH 5333, em 12/01/2009	Lauro Vieira de Lima	14.824,68	x	24/03/2009	PAD instaurado
16	25265.006.218/2008-53	PGF	29/08/2008	Acidente com veículo oficial, placa IJK 8476	Elton Meira Lopes	1.640,00	x	21/09/2009	PAD instaurado
17	25265.003.692/2010-48	PGF	12/04/2010	Apurar responsabilidade acidente veículo Funasa placa IOO-5673	Luiz Zancan Pasush	1.412,00	x	22/08/2013	Encaminhado para o DSEI Interior Sul para apurar responsabilidade
18	25265.003.991/2010-82	PGF	29/04/2010	Apurar a responsabilidade de incidente com caminhão placa LZO 5784 contendo 6 caixas água, bombonas e 2 pneus 175-70 aro 13.	Paulo Ricardo Pinto Ribeiro	618	x	12/06/2012	Julgado pelo Arquivamento
19	25265.000.745/2011-50	PGF	24/01/2011	Apurar responsabilidade de acidente com veículo da Funasa placa L200 IPQ6112	Luiz Zancan	x	x	29/08/2011	Encaminhado para ASAI
20	25265.000.269/2011-77	PGF	19/02/2008	Apurar responsabilidades sobre os fatos que deram origem ao processo nº 25265.000.755/2008-90 - reconhecimento de dívida	x	x	07/01/2011	18/11/2011	Encaminhar para Auditoria
21	25265.002.250/2011-65	PGF	26/03/2011	Apurar responsabilidade sobre o acidente com veículo da Funasa - Mitsubishi L200, placa IRK 6919	Lauro Vieira de Lima	3.900,00		30/04/2012	DIADM/PATRIMONIO Termo Circunstanciado Administrativo
22	25265.000.270/2011-00	PGF	15/04/2009	Apurar responsabilidades sobre os fatos que deram origem ao Pro. De Reconhecimento de Dívida 25265.009.117/2009-15	x	x	07/01/2011	03/11/2011	SEREH/SUEST/RS
23	25265.007.185/2010-83	SIND	04/08/2010	Apurar responsabilidades em relação a revisão das viaturas modelo Uno Mile	Edison Monteiro Vieira	X		01/12/2011	PAD a ser instaurado
24	25265.009.479/2011-21	SIND	23/05/2011	Referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2010 aquisição medicamentos	Jair Pereira Martins e Helena	x		27/05/2013	Nomear nova comissão para aprofundar as investigações
25	25265.006.980/2007-59	SIND	18/09/2006	Apurar responsabilidade pela cobrança de juros e multas a empresas prestadoras de serviços vide item 37 da planilha	Vários Coordenadores e Chefias	a calcular		26/11/2009	Nova Sindicância aprofundar as investigações Port. 36, de 07/05/2013
26	25265.006.531/2008-91	SIND	26/09/2008	Apurar responsabilidades sobre extravio de documentos				13/07/2011	Sindicância a ser instaurada
27	25265.002.021/2012-21	SIND	27/12/2012	Apurar responsabilidades de servidores referente denúncia do prefeito Chui	Paulo Abbad e Manoel Ribeiro	sem onus	12/01/2012	10/07/2012	Sindicância concluída julgamento pelo Arquivamento
28	25265.002.022/2012-76	SIND	27/12/2012	Apurar responsabilidade de servidor Processo não retornou	Paulo Renato Abbad	sem onus	12/01/2012	01/04/2012	Encaminhar para Presidência da Funasa - Aberto PAD por Brasília
29	25265.014.888/2011-49		01/07/2008	Apurar resposansabilidade acidente envolvendo 2 veículo da Funasa	João Evaristo e Antonio Renato	x	17/10/2011	22/09/2013	Encaminhado ao DSEI Interior Sul para apurar responsabilidade
30	25265.008.019/2011-85	SIND	01/07/2011	Acidente com viatura da FUNASA, com vítima fatal	Honório Luiz Khun	sem onus	01/07/2011	15/08/2011	Sindicância concluída, julgamento pelo Arquivamento
31	25265.012.405/2011-71	Cobrança Adm	22/08/2011	Apurar acidente veículo Funasa Mitsubishi Placa IPQ 7011 (terceirizado) com danos materiais	Ari Loureiro	25.000,00		22/09/2013	Encaminhado DSEI Interior Sul para apurar responsabilidade
32	25265.006.999/2011-81	SIND	01/07/2011	Apurar responsabilidade de servidor	Paulo Renato Abbad	sem onus	27/02/2013	04/03/2013	PAD aberto pela Corregedoria - Lillian/Ivan/Sosa em andamento
33	25265.019.543/2011-81	SIND	02/12/2011	Acidente com viatura da FUNASA placa IPQ 6120	Elton Meira Lopes	23.301,57		17/09/2012	Encaminhar DSEI Interior Sul para apurar responsabilidade
34	25265.004.771/2012-38	SIND	01/02/2012	Apurar acidente de terceirizado com veículo da funasa IOZ 9840	Zeferino dos Santos	4.676,15		14/09/2012	Apurar os fatos administrativamente (SEADM)
35	25265.006.980/2007-59	SIND	20/11/2007	Apurar irregularidades pagamentos RGE e DEMA Nova Comissão Portarias nºs 36 e 49/2013	Diversos	x	07/05/2013	25/11/2013	Encaminhado para Corregedoria em 25/11/2013 pl parecer
36	25265.011.322/2011-65	PAD	12/01/2009	Apurar resp servidor acidente viatura NISSAN Placa JKH 5333	Lauro Vieira de Lima		12/09/2011	08/10/2012	Original enviado DSEI Interior Sul - desconto em folha pagamento
37	25265.007.454/2012-73	SIND	16/11/2012	Apurar fatos não atendimento convocação Encontro DEADM	Arnoldo Besko	x	19/11/2012	10/04/2013	Julgado pelo ARQUIVAMENTO
38	25265.007.453/2012-29	SIND	16/11/2012	Apurar fatos não atendimento convocação Encontro DEADM	Bruno Bezerra Pereira	x	19/11/2012	10/03/2013	Nomear nova comissão para aprofundar as investigações
39	25265.007.406/2012-85	SIND	16/11/2012	Apurar desaparecimento processo 25265.005.443/2012-59 ref a desavereação de tempo de serviço da servidora Sinelei Famer	Gabinete do Superintendente	x	19/11/2012	04/04/2013	Julgado pelo ARQUIVAMENTO
40	25265.010.452/2006-13	SIND	15/03/2006	Apurar os fatos relacionado ao processo 25265.008.755/2004-12, acidente com veículo Corsa placa IGS 0712	Basilio ternauski Neto		15/03/2006	06/12/2007	Arquivar
41	25265.006.725/2013-54	SIND	09/08/2009	Apurar os fatos relacionados no processo 25265.023.534-200971 referente ao futo no posto indígena de Estiva município Redentora nomeada servidora Ana Lucia da Silva			01/08/2013	25/10/2013	Encaminhado para ser cadastrado no CGU - PAD

Processo encaminhados para parecer PGF, Corregedoria OU DSEI

PAD - em andamento ou a ser instaurado

Sindicâncias a serem instauradas ou já instauradas

Processos concluídos

Processos encaminhados ao DSEI

Tabela elaborada por:

Rosemary Manozzo - Dezembro - 2013

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Em maio de 2013 a Funasa/Presidência oportunizou a capacitação de uma servidora para realizar o cadastramento dos processos para atender ao que determina a Portaria nº 1.043/2007.

No período, foi solicitado pela Corregedoria da Funasa que fosse realizado um levantamento de todos os processos, inclusive aqueles que já se encontravam arquivados relativos aos anos de 2006 a 2009, para posterior cadastramento no sistema.

Alguns processos disciplinares e sindicâncias investigativas que se encontravam na Funasa/Bsb, referente aos anos de 2010 a 2012, também foram cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria (da Funasa), na sede da Presidência da Fundação em Brasília/DF. Os demais, em torno de 54 processos, foram informados através de planilha para a Corregedoria e como a capacitação determinava o prazo de dezembro de 2013 para realização do cadastro todos os processos foram inseridos no sistema.

Os processos disciplinares e investigativos foram cadastrados no sistema informativo CGU-PAD de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa até maio de 2013, localizada na sede da presidência da Fundação Nacional de Saúde em Brasília/DF. Atualmente a Superintendência Estadual possui um servidor capacitado para registro das atividades correccionais instauradas no exercício de 2013.

Ressalta-se que os processos correccionais instaurados em 2006 até 2009 foram registrados pela UJ, após a regulamentação da Política de Uso do Sistema CGU-PAD e a capacitação dos servidores identificados para acompanhar o registro no âmbito da Superintendência Estadual. Enfatiza-se que a capacitação sobre o sistema informativo CGU-PAD ocorreu em Brasília/DF sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que contou com o apoio técnico da Coordenação Nacional do Sistema CGU-PAD da Controladoria-Geral da União.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma do art. 15 da Política de Uso do Sistema CGU-PAD da Funasa.

LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES CORRECIONAIS INSTAURADAS A PARTIR DE 01/01/2006 ATÉ 2013

Processos Instaurados em 2006			
Tipo de Atividade Correccional	Número da Atividade Correccional	Cadastro no CGU-PAD	
Sindicância Investigativa para apurar irregularidades nas Propostas e Concessão de Diárias, envolvendo diversos servidores. Antonio Dilson L. Fernandes e outros.	25265.013.683/2006-89 (Vol.36)	Sim (x)	Não ()
Sindicância Administrativa - Fatos do acidente com veículo oficial- David Ribeiro	25265.076.036/2006-88 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Sindicância Administrativa- Denúncia de Irregularidades- Indiciada - Sirlei Famer	25265.076.369/2006-15 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - Multa Excesso de Velocidade- Indiciado José Adair Lopes Araujo, João Evaristo de Oliveira e Silvino Siniak	25265.074.600/2006-28 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – apurar irregularidades praticadas pelos Servidores Olibio José Pupe Barreto.	25265.076.370/2006-31 (Vol.6)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – acidente com Veículo LND 3228	25265.012.091/2006-40 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Sindicância Fatura COPREL	25265.012.552/2006/84 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Instauração de Sindicância-Relatório da Enfermeira Joycemara Oberderfer Ref. Ocorrência nº 572/2006 - Incêndio na Unidade de Saúde Indígena do Aeroporto/IRAI/RS	25265.075.756/2006/26 (Vol.1) NÃO É SINDICÂNCIA OU PAD Foi apurado previamente e concluído pelo ARQUIVAMENTO	Sim ()	Não (x)
Sindicância para apurar os fatos do Processo nº 25265.008.755/2004-12 Acidente ocorrido em 25/10/2004 na cidade de Passo Fundo envolvendo veículo placa IGS 0712.	25265.010.452/2006-13 (Vol.1) Vinculado o processo 25265.007.409/2007-51 (inclusão dívida ativa da união)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – apurar irregularidades praticadas pelo servidor José Adair Lopes Araujo	25265.074.571/2006-02 (Vol. 1)	Sim (x)	Não (x)

Processos Instaurados em 2007			
Tipo de Atividade Correccional	Número da Atividade Correccional	Cadastro no CGU-PAD	
Processo Administrativo Disciplinar – Irregularidade Administrativa – Glênio Roberto Marques da Rosa –Paulo Tabajara dos Santos e Waldemar Pereira Vieira	25265.002.739/2007-51 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos Processo de Sindicância 25265.012.551/2006-30- Pagamento da	25265.004.890/2007-23 (Vol.3)	Sim (x)	Não ()

Brasil Telecom S/A. Carmen Lúcia Castro Barrionuevo, Jorge A. Soares da Silva, Priscila S. Fonseca, Robson Willig Prade			
Processo Administrativo- Apurar os fatos do Processo n 25265.002.782/2001-21 Indiciados Valmor Belardinelli - Elton de Oliveira Tavares e Gilmar Helder Fonseca Lucas	25265.004.719/2007-14 (Vol.5)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - Apurar os fatos do Processo 25265.013.375/2006-53 - Indiciado Neivaldo Ortiz Silva	25265.004.637/2007-70 (Vol.5)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – Apurar fatos do Processo nº 25.100.030.742/2004-02 - Indiciados - Guiomar Alves Vargas e Vanderci Rosa Goulart	25265.004.718/2007-70 (Vol.3)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – Rito sumário com a incumbência de apurar faltas injustificadas do Servidor Luiz Fernando dos Santos	25265.004.000/2007-83 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário faltas do servidor Paulo Roberto de Lima	25265.001.715/2007-84 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplina - Denúncia referente ao deslocamento de viaturas Placas S10 9574 para uso particular (Pescaria)	25265.003.483/2007-07 (Vol.1) NÃO É SINDICÂNCIA OU PAD Foi apurado previamente e concluído pelo ARQUIVAMENTO	Sim ()	Não (x)
Processo Administrativo Disciplinar - Apurar o conserto da Viatura Placa LND - 3228 – decorrente de acidente automobilístico em Redentora com fatos do Processo 25265.013.617/2006-17	25265.005.995/2007-08 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – Desaparecimento e desvio de finalidade na distribuição de Leite - Fatos do Processo 25265.012.554/2006-73	25265.002.742/2007-74 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - Apurar responsabilidades referentes ao acidente com a viatura placa JKH 5323 conduzida por Nelson do Nascimento Costa	25265.002.690/2007-36 (Vol.1) NÃO É SINDICÂNCIA OU PAD Foi apurado previamente e concluído pelo ARQUIVAMENTO	Sim ()	Não ()
Sindicância – Apurar os fatos do processo nº 25265.012.553/2006-29- computador danificado – Jorge Antônio Soares da Silva	25265.003.640/2007-76 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Sindicância de cunho punitivo- apurar fatos constantes no processo nº 25265.074.978/2006-21 referente ao acidente ocorrido com a viatura Placa IJK 2436 envolvendo Walter da Luz Pinto	25265.003.741/2007- 47 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Sindicância punitiva – fatos constantes no processo nº 25265.010.328/2006-1 acidente na cidade de Canoas com o veículo Placa IKO 9597 e Placa IFV 8397 Indicado - Leonel Paulo Amaral de Oliveira	25265.001.714/2007-30 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()

Sindicância para apurar o processo nº 25265.002.949/2007-49 Prefeitura Pareci Novo - Ofício Gab. nº462/2007 sobre a Engenheira Luciane Mendel	25265.004.705/2007-09 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Sindicância sobre acidente com veículo da Funasa Placa MOI 7669 com David Ribeiro	25265.002.117/2007-22 (Vol.1)	Sim (x)	Não ()
Sindicância para apurar os fatos do processo nº 25265.053.267/2005-32 Multas carros oficiais	25265.002.740/2007-85 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Sindicância para apurar os fatos dos processos nºs 25265.091.990/2005-10 e 25265.092.688/2005-89	25265.006.978/2007-80 (Vol. 2)	Sim (x)	Não ()

Processos Instaurados em 2008			
Tipo de Atividade Correcional	Número da Atividade Correcional	Cadastro no CGU-PAD	
Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos constantes do processo 25265.000.935/2008-71- envolvido Dalpires Vianna dos Santos	25265.001.680/2008-64 (Vol.4)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – Apurar os fatos mencionados no processo nº25265. 008.040/2007-02 - envolvido Antonio Dílson Lemes Fernandes Sobrinho	25265.001.953/2008-71 (Vol.3)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - recebimento indevido de diárias e abono desembarque - Neivaldo Ortiz Silva	25265.006.373/2008-70 (Vol.4)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - concessão de diárias - Antônio Peixoto	25265.001.679/2008-30 (Vol.4)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar - recebimento indevido de diárias e abono desembarque que consta no processo nº 25265.000.939/2008-50	25265.005.683/2008-77 (Vol.2)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar – recebimento indevido de diárias - envolvido Ivar Crescêncio Stangherlin	25265.005.680/2008-33 (Vol.3)	Sim ()	Não (x)
Processo Administrativo Disciplinar referente ao recebimento indevido de diárias e abono desembarque constantes nos processos nº 25265.000.941/2008-29, 25265.000.944/2008-62 e 25265.000.943/2008-18 , envolvidos Nelson Reiffel de Oliveira e outros	25265.005.682/2008-22 (Vol.10)	Sim (x)	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos dos processos 25265.000.937/2008-61 Fredolino F.Filho, 25265000.936/2008-16 Erico Bueno e 25265.000.940/2008-84 João Afonso referente a proposta concessão de diária	25265.001.954/2008-15 (Vol.8)	Sim (x)	Não ()

Sindicância Punitiva – apurar os fatos do processo 25265.002.797/2007-84 Marcos Antonio Fernandes Ribeiro	25265.007.570/2008-14 (Vol. 1)	Sim (x)	Não ()
---	--------------------------------	---------	---------

Observação: Não foram instaurados processos no ano de 2009

Processos Instaurados em 2010			
Tipo de Atividade Correcional	Número da Atividade Correcional	Cadastro no CGU-PAD	
Sindicância incumbida de apurar os fatos mencionados no processo nº 25265.000.346/2009-74 e o processo nº 25265.002.818/2010-67- referente às revisões das camionetes Ford Ranger XL.	25265.002.818/2010-67	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos mencionados no processo nº 25265.026.341/2009-71, em aos fatos que impediram a contratação de empresa para manutenção das redes de abastecimento de água em áreas indígenas.	25265.003.034/2010-56	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos mencionados no processo nº 25265.002.200/2008-82, sobre irregularidades que envolveram o contrato celebrado entre a FUNASA e a empresa “RR Comércio e Serviços Ltda”	25265.005.075/2010-87	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos sobre o desaparecimento de materiais permanentes ocorridos no Seadm/Salog/Sopat e que deram origem aos processos nºs 25265.004.292/2007-54, 25265.008.542/2008-14 e 25265.008.893/2008-17.	25265.004.453/2010-13	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos mencionados no processo nº 25265.003.477/2010-47, e aos fatos relacionados à denúncia de agressão física.	25265.005.029/2010-88	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos mencionados no processo nº 25265.026.627/2009-57, e aos fatos que impediram a contratação de empresa para Serviço de Revisão Periódica dos veículos FIAT UNO MILLE.	25265.007.185/2010-83	Sim (x)	Não ()

Processos Instaurados em 2011			
Tipo de Atividade Correcional	Número da Atividade Correcional	Cadastro no CGU-PAD	
Rito Sumário, incumbido de apurar a acumulação de cargos do servidor Alfredo Lantmann, conforme autos do processo	25265.007.000/2011-11	Sim (x)	Não ()

25265.002.516/2011-70			
Sindicância para apurar acidente com veículo oficial com atropelamento de indígena por servidor da Funasa, de acordo com os autos do processo 25265.008.019/2011-85, que tem por objeto apurar a responsabilidade do servidor Honório Luis Kuhn.	25265.008.019/2011-85	Sim (x)	Não ()
Sindicância para apurar os fatos envolvendo o Pregão Eletrônico nº 06/2010 aquisição medicamentos 25265.004.019/2011-14.	25265.009.479/2011-21	Sim (x)	Não ()
Sindicância incumbida de apurar os fatos conforme os autos do processo 25265.004.200/2011-12, que tem por objeto apurar a responsabilidade do servidor Paulo Renato da Silva Abbad.	25265.006.999/2011-81 Será incluído no sistema pela Corregedoria o processo encontra-se lá e foi transformado em PAD	Sim ()	Não ()
Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a responsabilidade do acidente ocorrido na área indígena envolvendo dois veículo da Funasa e respectivamente dois servidores João Evaristo e Antonio Renato Martins. (Processo Sobrestado).	25265.014.888/2011-49 NÃO FOI ABERTA SINDICÂNCIA OU PAD Foi encaminhado ao DSEI Interior Sul porque é referente a Saúde Indígena	Sim ()	Não ()

Processos Instaurados em 2012			
Tipo de Atividade Correcional	Número da Atividade Correcional	Cadastro no CGU-PAD	
Sindicância Investigativa de acordo com os autos do processo 25265.007.454/2012-73, que tem por objeto apurar os fatos que motivaram o não atendimento da convocação por parte do servidor Arnoldo Besko, para participar do Encontro das Áreas de Recursos Humanos e de Administração.	25265.007.454/2012-73	Sim (x)	Não ()
Sindicância Investigativa, de acordo com os autos do processo 25265.007.453/2012-29, que tem por objeto apurar os fatos que motivaram o não atendimento de convocação por parte do servidor Bruno Bezerra Pereira, para participar do Encontro das áreas de Recursos Humanos e de Administração, realizado em Brasília, no período de 05 a 09/11/2012	25265.007.453/2012-29	Sim (x)	Não ()
Sindicância Investigativa para apurar os fatos desde 29/06/2012, em relação ao extravio do Processo nº 25265.005.443/2012-59, referente a servidora Sirlei Famer.	25265.007.406/2012-85	Sim (x)	Não ()

Sindicância Investigativa a fim de apurar responsabilidades dos servidores Paulo Abbad, Manoel Ribeiro e Nívea Schiavon, referente as denúncias do prefeito do município de Chui.	25265.002.021/2012-21	Sim (x)	Não ()
Sindicância a fim de apurar responsabilidade de servidor Paulo Abbad, referente ao CV Novo Hamburgo (Processo não retornou da Auditoria)	25265.002.022/2012-76	Sim (x)	Não ()
Sindicância Investigativa para apurar irregularidades nos pagamentos RGE e DEMAÉ Nova Comissão Portarias n°s 36 e 49/2013, incumbida de aprofundar as investigações sendo que foi preservado o n° da primeira sindicância de 2007	Reaberto em 2013 preservado o n° inicial 25265.006.980/2007-59	Sim ()	Não (x)

LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS DE ATIVIDADES CORRECIONAIS	
ANO	QUANTIDADE
2006	10
2007	18
2008	9
2009	0
2010	6
2011	5
2012	6
2013	0
TOTAL GERAL:	54

3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			
Dotação final 2013 (A)					
Dotação final 2012(B)					
Variação (B/A-1)*100					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)					
Dotação final 2012(B)					
Variação (A/B-1)*100					

4.1.1.1 Análise crítica

"NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA"

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Descentralizações concedidas e recebidas

Exercício: 2013

Base: 31-JAN-2014

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
UG Executora 255021 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS

Item de Informação	Função/Subfunção/Programa/Projeto_Atividade	Grupo de Despesa	
		3	4
Provisões Recebidas	1012221152000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	1.409.989,32	2.970,18
	10122211520Q8 APOIO A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO	87.768,20	
	1012821154572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	28.641,20	
	10305201520T6 FORTALECIMENTO DA SAÚDE AMBIENTAL PARA REDUÇÃO DOS RISCOS A	19.695,43	
	1054120686908 FOMENTO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIEN	4.926,63	
Destques Recebidos	1012221152000 ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	209.409,21	
	1030420156138 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E REC	74.218,53	

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.1.3 Realização da Despesa

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratação		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)					

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados

Diretamente pela UJ.

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta		NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			
g) Regime Diferenciado de Contratações					

Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados	Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados	Valores Pagos		
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação Externa



Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem.

Exercício: 2013
Base: 31-JAN-2014

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
Unidade Orçamentária 36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
UG Executora 255021 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS

Modalidade de Licitação	Item de Informação		
	Empenhos Emitidos	Empenhos liquidados	Valores Pagos
07 07 Inexigível	57.340,88	52.963,57	31.924,57
12 12 Pregão	16.877,65	16.877,65	16.877,65

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação Interna

**Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem.**

Exercício: 2013
Base: 31-JAN-2014

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
UG Executora 255021 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS

<u>Modalidade de Licitação</u>	<u>Item de Informação</u>		
	<u>Empenhos Emitidos</u>	<u>Empenhos liquidados</u>	<u>Valores Pagos</u>
06 06 Dispensa de licitação	348.689,69	220.125,25	220.125,25
07 07 Inexigível	232.400,51	209.643,78	209.643,78
08 08 Não se aplica	198.628,46	198.614,07	198.614,07
09 09 Suprimento de fundos	6.648,64	6.648,64	6.648,64
12 12 Pregão	767.623,66	511.735,71	508.756,25

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação



Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem.

Exercício: 2013

Base: 31-JAN-2014

Moeda: REAL (Em unidade)

monetária)

Mês de Referência

DEZEMBRO

Tipo de Valor

Saldo Atual

UG Executora

255000 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - DF

				<u>Item de Informação</u>		
<u>Modalidade de Licitação</u>	<u>Natureza da Despesa Detalhada</u>			<u>Empenhos Emitidos</u>	<u>Empenhos liquidados</u>	<u>Valores Pagos</u>
08						
08 33901414	Não se aplica	33901414	DIARIAS NO PAIS	1.236.718,58	1.236.718,58	1.236.718,58
08 33901416		33901416	DIARIAS NO EXTERIOR	7.773,72	7.773,72	7.773,72
08 33903602		33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	108.766,14	108.766,14	108.766,14

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
					Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Fonte:					

" Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis, conforme abaixo":

- 2.1.2.1.1.04.00 – Obrigações Tributárias Fornecedores Insuficiência
- 2.1.2.1.1.11.00 – Fornecedores por insuficiência de créditos/recurso
- 2.1.2.1.2.11.00 – Pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recurso
- 2.1.2.1.3.11.00 – Encargos por insuficiência de créditos/recursos
- 2.1.2.1.5.22.00 – Obrigações tributárias por insuficiência de créditos/recursos
- 2.1.2.1.9.08.11 – Benefícios Previdenciários Insuficiência de Crédito/recursos
- 2.1.2.1.9.22.00 – Deb. Diversos por insuficiência de créditos/recursos
- 2.2.2.4.3.00.00 – Fornecedores por insuficiência créditos/recursos.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

UG Executora2	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS				
	Dados				
Ano	Soma de RP INSCRITOS PROCESSADOS	Soma de RP Processados Pagos NE	Soma de RP Processados Cancelados (NE)	Soma de RP Processados a Pagar NE	
2008	-	-	-	-	
2011	-	-	-	-	
2012	536,46	536,46	-	-	
Total geral	536,46	536,46	-	-	
UG Executora2	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RS				
	Dados				
Ano	Soma de RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	Soma de RP Não-Proc Pagos	Soma de RP não-Proc Cancelados	Soma de RP Não-Processados Liquidados a Pagar	Soma de Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar
2008	268.940,80	-	-	-	268.940,80
2011	224.367,24	-	-	-	224.367,24
2012	622.839,21	225.896,30	188.765,69	-	208.177,22
Total geral	1.116.147,25	225.896,30	188.765,69	-	701.485,26

Fonte: Seção Orçamentária e Financeira

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
			NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE						
LEGENDA									
Modalidade:				Situação da Transferência:					
1 - Convênio				1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse				2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação				3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso				4 - Concluído					
				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					
Fonte:									

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: FUNASA – SUEST / RS					
CNPJ: 26.989.350/0534-06 UG/GESTÃO: 255000 / 36211					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	74		
		Montante Repassado	18.420.273,57		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	50		
		Montante Repassado	12.050.049,09		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	29		
		Montante Repassado	3.985.630,24		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: PLANILHA “PROCESSOS NO SOPRE” – SUEST/RS

Observação: O setor de Prestação de Contas não possui convênios cujas contas estão “a comprovar”. Todos os convênios estão em dia com a apresentação de suas prestações de contas, restando as mesmas “a aprovar”.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNASA – SUEST / RS					
CNPJ: 26.989.350/0534-06			UG/GESTÃO: 255000 / 36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			74	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	
			Quantidade Reprovada	01	
			Quantidade de TCE	-	
Montante Repassado (R\$)			250.000,00		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	73		
		Montante Repassado (R\$)	18.170.273,57		
2012	Quantidade de contas prestadas			50	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	04		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante repassado	610.000,00		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	46		
		Montante repassado (R\$)	11.440.049,09		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			29	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante Repassado	200.000,00		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	26		
		Montante Repassado	3.785.630,24		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	191		
		Montante Repassado	22.926.160,43		

Fonte: PLANILHA “PROCESSOS NO SOPRE” – SUEST/RS

4.4.5 Análise Crítica

1- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente: Foram adotadas as seguintes medidas: Notificações aos municípios com vistas às regularizações das pendências apontadas nos pareceres das áreas competentes; cobranças administrativas e encaminhamento para instauração de tomadas de contas especiais.

2- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios: PAC 2, PMSB e celebração de vultosos convênios de resíduos sólidos.

3- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Atualmente, todos os convênios encontram-se dentro dos prazos regulamentares, motivo pelo qual fez crescer o nº de notificações enviadas aos municípios no último ano. Não existem, nesta SUEST-RS, convênios com prazo expirado para prestar contas sem que tenham sido notificados.



Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:



				Total Utilizado pela UG			
Código da UG 2		Nome da UG					
				Total Utilizado pela UG			
				Total Utilizado pela UJ			

"NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA"

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

UG Executora	Descrição	Entidade	Descrição	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Soma
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	19803699091	VALMOR BELARDINELLI		1.099,60	1.099,60
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	41540581004	LUCIANE DALLAVALLE BRASIL	4.536,76	893,22	5.429,98
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	94748918004	CRISTIANE BASSO		119,06	119,06
Total				4.536,76	2.111,88	6.648,64

Fonte: Divisão de Administração

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas												

"NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA"

4.5.5 Análise Crítica

A utilização de CPGF destina-se basicamente para a compra de materiais ou serviços de pequeno valor, cuja aquisição por licitação é inviável. As despesas são efetivadas somente após a realização de três orçamentos, sem deixar de observar os demais controles internos. A utilização deste expediente facilita a contratação/aquisição de serviços, no entanto sua utilização é bastante parcimoniosa, observando-se critérios de racionalidade e agilidade, restringindo-se as situações realmente necessárias.

PORTARIA NR. 877, DE 20 DE JUNHO DE 2006

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MS n.º 1.776, de 08 de setembro de 2003 e, considerando as disposições do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, Decreto n.º 5.355, de 25 de janeiro de 2005, Instrução Normativa STN/MF n.º 4, de 30 de agosto de 2004 e Portaria 747, de 22 de abril de 2004,

RESOLVE:

ART. 1º AUTORIZAR o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF pelas Unidades Gestoras Regionais na realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos.

Parágrafo Único – As Unidades Gestoras somente poderão autorizar a abertura de novas contas correntes para a movimentação de suprimento de fundos nos casos em que, comprovadamente, não se possa utilizar o Cartão de Pagamento.

ART. 2º Autorizar a concessão de auxílio alimentação por meio de suprimento de fundos a indígenas em trânsito para tratamento de saúde ou na condição de acompanhante de familiares, destinado a atender despesas com alimentação em viagem terrestre ou fluvial, por ocasião do retorno às suas aldeias de origem, ressalvadas as situações em que a Funasa transportar os pacientes e seus acompanhantes que será concedido, tanto na ida como no retorno.

§ 1º o auxílio alimentação será concedido a indígenas em tratamento de saúde nas capitais dos estados de jurisdição dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DISEI, ressalvados os casos devidamente justificados, os quais ensejam tratamentos em localidades que não as capitais.

§ 2º o auxílio alimentação será extensivo a acompanhantes de indígenas em tratamento de saúde, somente nos casos em que se constate ser este o costume da comunidade a que pertence ou que a permanência dos mesmos junto ao paciente possa agilizar sua recuperação.

§ 3º Estabelecer que o auxílio alimentação de que trata o caput deste artigo seja nominal e intransferível e somente seja concedido nos casos em que o percurso for realizado em tempo superior a 5 (cinco) horas, conforme valores constantes da Norma de Execução que regulamenta esta Portaria.

§ 4º É vedada a concessão do Auxílio a um mesmo indígena em intervalo inferior a 90 (noventa) dias, salvo nos casos em que o paciente, por orientação médica e mediante justificativas, necessite retornar para reavaliação do quadro clínico após ou durante o tratamento prescrito.

ART. 3º O limite de crédito da UG para a concessão de suprimento de fundos obedecerá aos percentuais estabelecidos no anexo I desta Portaria, incidentes sobre o teto estabelecido para o Órgão.

§ 1º A concessão de suprimento de fundos além do limite estabelecido somente se dará quando previamente autorizado pelo Departamento de Administração.

§ 2º É vedada a utilização do Cartão de Pagamento quando não houver saldo suficiente para o atendimento da despesa na correspondente nota de empenho.

§ 3º O Ordenador de Despesas é a autoridade responsável pelo uso do Cartão de Pagamento, bem como pelo controle dos limites estabelecidos, podendo subdelegar competência a servidor investido de função pública, sem prejuízo do ônus da co-responsabilidade.

§ 4º É vedado o uso do Cartão de Pagamento em finalidade diversa daquela prevista na legislação vigente.

§ 5º O Ordenador de Despesas ou servidor investido de função pública, por ele designado, definirá o limite de crédito a ser concedido, os tipos de gastos para cada um dos portadores de cartão por ele autorizados.

ART. 4º Os saques com o Cartão de Pagamento somente ocorrerão quando previamente autorizados pelo Ordenador de Despesa, no ato da concessão do suprimento de fundos.

ART. 5º A concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos, convencional, especial e Auxílio Financeiro a indígena, bem como a forma de pagamento por meio de depósito em conta corrente e pelo uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, no âmbito da Fundação Nacional Saúde, obedecerão aos critérios a serem definidos e pormenorizados em Norma de Execução posterior a publicação desta Portaria.

ART. 6º O Coordenador Regional, deverá nomear em ato publicado em boletim de serviço, servidores responsáveis, que em conjunto ficarão responsáveis pela elaboração e envio da GFIP, sendo um representante da SAPAG e um do SOFIN.

ART. 7º A despesa executada por meio de suprimento de fundos, procedimento de excepcionalidade dentro do processo normal de aplicação do recurso público, deverá, na mesma forma que no processo licitatório, observar os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da igualdade, além de garantir a aquisição e ou serviço mais vantajoso à administração pública, devendo portanto proceder pesquisa prévia de mercado a ser anexada à prestação de contas.

ART. 8º Esta Portaria não exime os servidores responsáveis pela operacionalização do suprimento de fundos, em todos os níveis de execução, da observância e cumprimento irrestrito das demais normas correlatas.

ART. 9º Com base no art. 16 da Portaria MS 747, de 22/04/04, esclarecemos que o art. 9º da mesma, não enseja necessariamente na concessão de um único suprimento de fundos especial para cada finalidade expressa no art. 3º da citada Portaria, não obstante o fato de que se deve ater-se ao limite máximo para concessão, ou seja, R\$ 8.000,00, no caso de suprimento de fundos especial.

ART. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PAULO LUSTOSA

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**5.1.1.1 Lotação**

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				03
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		41		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		12		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		01		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		02		
2. Servidores com Contratos Temporários		04		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		06		
4. Total de Servidores (1+2+3)		66		

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	12
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		06	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		02		
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		17		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		02		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		27		

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	02	08	15	25	08
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)					

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	01	01	02		33	20			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						4			
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						06			
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada: Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0		
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0		
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0		
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	1.292.138,17	0	78.345,57		32.848,40	73.420,44	0	0	0	1.476.752,58
	2012	1.083.483,10	0	0	34.499,64	0	81.372,00		0	0	1.199.354,70
	2011	3.484.780,08	0	1.974.693,84	94.274,89	229.012,84	218.475,12	41.395,36	0	0	2.557.852,05
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	334.902,03	0	21.265,64	29.424,00	21.611,57	0	0	0	0	407.203,24
	2012	507.384,00	0	0	11.238,30	0	0	0	0	0	51.862,23
	2011	304.048,00	0	16.857,50	49.795,97	0	0	216,89			370.918,36
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	1.632.1448,58	0				5.031,48	0	0	0	1.637.480,06
	2012	110.784,71	0	0	0	0	0	0	0	0	110.784,71
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	201.953,28	0	12.469,76		58.714,46	0	0	0	0	273.137,50
	2012	279.420,84	0	0	0	0	0	0	0	0	279.420,84
	2011	124.790,56	13.306,64	0	0	0	0	0	0	0	138.097,20
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	1.106.059,62	0	57.314,79	0	134.918,81	30.132,60	0	0	0	1.328.425,81
	2012										
	2011										

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	145	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	145	

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	129	01
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	0	
3. Total (1+2)	129	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	01	02		02
Concessão de pensão civil	02	02		02
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório		03		01
Totais		07		05

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais				

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total				

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Serviço de Recursos Humanos

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

"NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA"

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

"NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA"

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Não há indicadores desenvolvidos para a área de pessoal no nível local e a Funasa/Presi ainda não definiu concretamente os indicadores para esta área. Considerando que a Suest/RS segue as normas nacionais advindas daquele órgão central, aguarda-se a definição dos mesmos. Mesmo assim já algum tempo estamos realizando estudos sobre o assunto. Não podemos confundir indicador, pois não é uma medida direta de qualidade, serve para dirigir a atenção para assuntos específicos, que devem ser motivo de revisão. Existem vários exemplos de indicadores de RH que no futuro poderemos utilizar, tais como: absenteísmo, índice de rotatividade (turnover), custo de rescisões, investimento em treinamento, custos de treinamento/servidor, servidor treinados/nº de servidores, despesas/servidores, custo de RH/servidor.

O absenteísmo serve para avaliar o volume de faltas dos servidores ao trabalho, independente dos motivos, é a soma dos períodos em que os servidores encontram-se ausentes.

Causas do Absenteísmo: doença efetivamente comprovada, doença não comprovada, razões diversas de caráter familiar, atrasos involuntários por motivo de força maior, faltas voluntárias por motivos pessoais, dificuldades e problemas financeiros, problema de transporte, baixa motivação para trabalhar, supervisão precária da chefia, e políticas inadequadas na instituição.

O índice de rotatividade demonstra a flutuação de pessoal na organização, o volume de pessoas que entra e sai, relação percentual da soma de admissões e desligamentos, com relação ao número médio de servidores na instituição, que deve ser expressa em índices mensais ou anuais, para permitir comparações.

A visão do governo no serviço público federal sobre Recursos Humanos é de considerá-los como pessoas, trabalhadores e cidadãos e não apenas um simples recurso e isso tem sido o grande respaldo para aprofundar os estudos da Funasa. Essa premissa encontra-se descrita na diretriz da Instituição quando propõe “Estabelecer uma Política de Gestão de Pessoas com Valorização e Qualificação permanente voltada às especificidades da Funasa”.

Contudo a estrutura organizacional adotada não favorece, em alguns pontos, o atendimento da missão recebida, vez que a área de Recursos Humanos foi despojada das condições mínimas, conquistadas em anos precedentes para o desempenho de seu papel estratégico.

A Funasa, como um todo, vive momentos de expectativa. Tem pela frente encargos desafiadores que, embora em terreno conhecido, implicam a necessidade de abrir novos caminhos, construir novas metodologias de trabalho, adotar estratégias ainda não experimentadas.

É uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, que surgiu na década de 90 como resultado da fusão de vários segmentos da área de saúde pública, entre os quais a FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública e a SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, duas entidades de notável tradição e projeção internacional, orgulho do serviço e da saúde pública brasileira, com uma bela folha de serviço, construída em todo território nacional no trabalho de prevenção e combate às doenças, na educação em saúde, na atenção à saúde de populações carentes, sobretudo aqueles do norte e nordeste, no Saneamento, no Combate e Controle de Endemias, na Pesquisa Científica e Tecnológica voltadas para a Saúde.

A Funasa deu continuidade à missão desses órgãos, além de ter exercido papel relevante na efetivação da Reforma Sanitária promovida pelo Ministério da Saúde e mais recentemente, por delegação, com ações decisivas na implementação e ampliação do SUS.

Para isto, dispunha a Funasa, inicialmente, de um quadro de pessoal numericamente adequado, com notável preparo acadêmico e técnico, de longa vivência com os problemas da saúde, dotado de espírito público e consciência profissional.

Com a descentralização das ações e do pessoal, permaneceu um grupo desfalcado, temeroso e sem motivação, na expectativa da transformação ou desaparecimento da Instituição que ajudara a construir, com indiscutível emoção e da qual haviam sido retiradas a Vigilância e Atenção à Saúde, a Pesquisa Científica e Tecnológica em Saúde, as Campanhas, sem a preocupação de prepará-la sequer psicologicamente para a nova missão que estava sendo deferida.

Diante desse quadro, era preciso recompor imediatamente o Quadro de Pessoal em número e qualidade, para dar cumprimento à sua nova missão, centrada no Saneamento Ambiental e na Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e de populações vulneráveis como remanescentes Quilombolas e Assentamentos. Ao lado disto, era urgente adotar medidas de recuperação das pessoas que restavam no quadro de pessoal da entidade, restaurando-lhes a confiança, o interesse, o espírito de corpo, incutindo-lhes o conhecimento da nova missão institucional, enfim, ganhando a sua participação interessada na construção da nova Funasa.

A instituição vem tentando recompor o seu quadro através de concursos públicos e de contratações temporárias, mas não tem sido suficiente para suprir a necessidade e atendermos a nossa missão.

Como nosso trabalho é voltado para obras de saneamento junto às prefeituras, tornou-se necessário suprir a falta de engenheiros e foi feita a contratação temporária de 07 engenheiros que ocorreu através de concurso em 2007. Hoje contamos somente com 03 engenheiros temporários. O último concurso público de agentes administrativos, para atividade meio de apoio a gestão ocorreu em 2009, mas dos 12 aprovados contamos com 06 servidores.

Contudo, para amenizar a situação contamos com o Setor de Capacitação que é um dos mais eficientes e eficazes instrumentos na gestão de pessoas. Foi necessário fazer com que cada servidor valesse por vários. Daí ter-se desenvolvido um Plano de Capacitação Amplo, variado e abrangente, em que todas as modalidades de eventos foram utilizadas, desde treinamento em serviço, oficinas de trabalho, seminários, congressos, cursos presenciais e à distância, simpósios, etc. Houve a preocupação de assegurar que cada servidor da Funasa participasse pelo menos de um evento de capacitação durante o ano.

A área de recursos humanos objetiva conquistar e manter na organização, profissionais trabalhando e dando o máximo de si, com uma atitude positiva e favorável aos interesses da organização. Ela também busca, na medida do possível, atender aos interesses e necessidades dos profissionais, pois o comprometimento destes é essencial para atingir os fins organizacionais. A administração de recursos humanos, hoje é conhecida como gestão de pessoas, dada a importância de recuperação do fator "ser humano", ou seja, administração de gente, de talentos humanos, suas singularidades e especificidades. É contingencial ou situacional. O contexto é cada vez mais determinante na aplicação dos princípios de gestão de pessoas. O contexto político, social, econômico e tecnológico, explica muito mais as relações entre pessoas dentro de uma organização. Isto explica porque a área de pessoal é constituída de técnicas altamente flexíveis e adaptáveis.

Medir é importante. "O que não é medido não é gerenciado. E o que é gerenciado é alcançado.. "A medição é importante para se gerenciar o processo de mudança". Em Deus todos nós confiamos. Os demais têm que me provarem com dados.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”					

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizado

As Superintendências Estaduais não são responsáveis por gerir a realização de concursos públicos, ficando esta responsabilidade a cargo da Funasa/Presidência.

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE			

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul														
UG/Gestão: 255021/36211							CNPJ: 26.989.350/0534-06							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	02/2010	09.526473/0001-00	28/02/2013	01/03/2014	F	F						P
2012	V	O	01/2012	03.994.920/001-60	16/02/2013	16/02/2014			M	M				P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Divisão de Administração

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul													
UG/Gestão: 255021/36211						CNPJ: 26.989.350/0534-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2.4.5	O	02/2013	07.200.004/0001-62	06/05/2013	06/05/2014	M	M	M	M	M	M	A
Observações: Motoristas = 4, Recepcionistas = 4 e Copeiras = 3													
LEGENDA													
Área:						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Segurança;						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
2. Transportes;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
3. Informática;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: DIADM-RS

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Com a publicação da Portaria nº 1.891/2013, publicada no DOU nº 169, Seção 1, de 02/09/2013, que dispõe sobre a reorganização dos Núcleos Estaduais e da Coordenação Geral de Serviços Gerais do Ministério da Saúde, nos artigos 5º e 6º, ficou estabelecido que o Núcleo do Ministério da Saúde irá realizar as atividades relativas a Administração do Condomínio do Edifício Brasileiro de Moraes, onde funcionam os diversos órgãos do Ministério da Saúde.

Os contratos de vigilância, manutenção de elevadores e telefonia foram sub-rogados conforme está estabelecido na referida portaria.

O contrato de limpeza não foi sub-rogado tendo em vista que a empresa contratada manifestou que não desejava mais prorrogar e sim encerrar o contrato. O Núcleo Estadual possui um contrato de limpeza e fornecerá este serviço à Funasa até que o ministério efetive uma nova licitação que irá contemplar Anvisa, Funasa, Núcleo e as demais áreas comuns do edifício.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	29	27	25	20	60.298,21
1.1 Área Fim	15	11	14	11	30.858,88
1.2 Área Meio	14	16	11	9	29.439,33
2. Nível Médio	21	27	28	30	35.750,59
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-

2.2 Área Meio	21	27	28	30	35.750,59
3. Total (1+2)	50	54	53	50	96.048,80
Fonte: Serviço de Recursos Humanos					

6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n 127, de 15/05/2013

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto nº 6.403 de 17/03/08, IN nº183 de 08/09/86, Lei nº 9.327 de 09/12/96 e Regimento Interno Funasa.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Para a prestação dos serviços da FUNASA utiliza-se veículos para deslocamento de materiais ou pessoas, seja para o suporte à execução das atividades fim, formando assim um importante conjunto que integrado às atividades desenvolvidas, contribuem diretamente para a efetividade da prestação do serviço. Para cada atividade existe a necessidade de veículos com características técnicas específicas e adequadas ao melhor desempenho da tarefa a que se propõe, são os chamados veículos de “uso dedicado”, ou seja, utilizado em uma atividade específica. Assim, o transporte quando fortemente integrado aos processos das atividades fim, torna-se uma ferramenta importante para o alcance da missão pública em questão. Garantir a disponibilidade e maximizar o desempenho operacional da frota, com segurança, conforto para os tomadores do serviço e com custos decrescentes é a missão da área de transporte.

Plano de substituição da frota: Esse planejamento é feito pela Funasa/Presidência no que diz respeito a aquisição de novos veículos, ou seja, a compra é centralizada.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: É decidido em reunião da Diretoria Executiva da Funasa/Presidência em conjunto com os superintendentes. Essa decisão é complexa e deve ser precedida de estudos especializados de viabilidade técnica e econômico-financeira, além de questões político-estratégico.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Hoje dispomos de duas estruturas para controle. A primeira são planilhas feitas por servidor do Setor de Transportes, que tem a finalidade de controle e gerenciamento dos custos referentes às manutenções preventivas e corretivas. A segunda são os relatórios emitidos através do sistema da Ticke Car, para que se tenha controle do abastecimento dos veículos.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral; (Planilha Excel anexo).

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros
 “NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

VEICULO/ANO	UF	PLACA	PAT	VALOR R\$	SITUAÇÃO	
1. NISSAN/05/06	RS	JKH 5873	195514	78.253,30	EM USO	
2. RANGER/08	RS	IOZ 9819	225308	74.000,00	EM USO	
3. RANGER/08	RS	IPA 8300	225309	74.000,00	EM USO	
4. MITSUBISHI/09	RS	IPQ 6118	225442	82.385,56	EM USO	
5. MITSUBISHI/09	RS	IPQ 6091	225446	82.385,56	EM USO	
6. MITSUBISHI/09	RS	IPQ 6082	225447	82.385,56	EM USO	
7. MITSUBICHI/10	RS	IQT 4624	225471	68.773,86	EM USO	
8. MITSUBICHI/10	RS	IQT 4652	225470	68.773,86	EM USO	
9. MITSUBISHI/11/12	RS	IRW6616	225812	79.013,16	EM USO	
10. MITSUBISHI/11/12	RS	IRW6633	225813	79.013,16	EM USO	
11. FIAT DUCATO/12	RS	NYE4208		250.000,00	EM USO	
12. REBOQUE/12	RS	NYC2918		5.000,00	EM USO	
VEICULOS PARA ALIENAR E OUTROS						
13. MITSUBISHI/11/12	RS	IST0792	225861	79.013,16	ACIDENTADA	PAGO SEGURO
14. CHEV. C-10 /79	RS	IJB 8019	139222	,01	ANTIECONOMICA	R\$1.500,00
15. PARATI/00	RS	MOI 7669	103032	25.175,75	ACIDENTADA	R\$4.000,00
16. FIESTA/98	RS	IGY 7797	138714	12.490,00	ACIDENTADA	R\$500,00
17. IPANEMA/95/96	RS	IDZ 4965	129747	17.200,00	ANTIECONOMICA	R\$2.000,00
18. PALIO W./00	RS	IKB 8859	103029	24.600,00	ANTIECONOMICA	R\$1.000,00
19. FIAT PICK-UP/85	RS	C Z 0118	129592	,01	ANTIECONOMICA	R\$500,00
20. ESCORT-W/02	RS	ILB 7423	195467	16.450,00	ACIDENTADA	R\$
21. TOYOTA/00	RS	IJG 7506	138807	35.629,00	ANTIECONOMICA	R\$14.000,00
22. TOYOTA/00	RS	IJG 7514	129741	35.629,00	ANTIECONOMICA	R\$14.000,00
23. TOYOTA/00	RS	LND 3228	139232	35.629,00	ANTIECONOMICA	R\$14.000,00
24. TOYOTA/00	RS	MOI 8530	103031	35.629,00	ANTIECONOMICA	R\$14.000,00
25. TOYOTA/00	RS	LND 3215	138742	35.629,00	ANTIECONOMICA	R\$14.000,00
26. RANGER/01	RS	IJZ 4778	103030	39.500,00	ANTIECONOMICA	R\$12.000,00

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade, contemplando:

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Total								

Fonte:

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Vazios							
Total							

Fonte:

“NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA”

A Fundação Nacional de Saúde funciona hoje ocupando o 11º, 8º e parte do 6º andar em um prédio que é de propriedade do INSS - Instituto Nacional de Previdência Social, onde também, estão instalados os demais órgãos do Ministério da Saúde: NÚCLEO/MS/RS - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, ANVISA, DENASUS, DATASUS, SESAI -Secretaria Especial de Saúde Indígena. No 1º e 2º andares funciona a 1ª Coordenadoria de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde e no térreo funciona o Banco do Brasil.

Neste local estamos instalados e muito mal acomodados, pois não há salas suficientes para a Funasa/RS. Somente no ano de 2000 com a saída a AGU – Advocacia Geral da União é que conseguimos nos instalar melhor com o acréscimo de dois andares (7º e 8º). Hoje, com a criação da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, todo o 7º andar que ficou somente para a Saúde Indígena e hoje uma ala está sendo ocupada pelo Núcleo do Ministério.

A FUNASA/RS atuou como Síndica neste prédio por mais de 13 anos, onde as despesas comuns como água, luz, manutenção de elevadores, segurança armada 24 horas, eram pagas pela Funasa e após era feito o rateio entre os demais órgãos. Com a publicação da Portaria nº1.891, de 30 de agosto de 2013, esta atribuição passou ao núcleo estadual do ministério.

Em relação ao que a CGU apontou o ano passado a respeito do tombamento e/ou registro como bens patrimoniais as Unidades Básicas de Saúde, construídas em Terras Indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, tendo por base que a Funasa mandou construir estes posto e que isso ocorreu através de licitações e contratações e que os mesmos deveriam ser considerados patrimônio da Funasa, informamos que o assunto está sendo tratado pela Funasa Presidência e estamos aguardando orientações.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
	Total (Brasil + Exterior)	Σ	Σ
Fonte:			

"NÃO SE APLICA A UNIDADE JURISDICIONADA"

7 Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n 127,de 15/05/2013

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

"NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ"

7.1.1 Análise Crítica

"NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ"

8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n 127, de 15/05/2013

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel						
Água						
Energia Elétrica						
			Total			

Fonte: NÃO HOUE ADESÃO AO PROGRAMA

9. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n 127, de 15/05/2013

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

9. Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n 127, de 15/05/2013

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

						Encaminhamento AO SETOR				RESPOSTAS		
ENTRADA	ÓRGÃO	DOCUMENTO	SCDWEB	ASSUNTO	PRAZO RESPOSTA	DOCUMENTO	data	Setor	Prazo/resposta	DOCUMENTO	RESPOSTAS	DATA
23/09/2013 28/02/2014	MPF - Lajeado	OF. 663/2013 OF. 2468/2013 OF. 62/2014	25265.001.086/2014-11	Doutor Ricardo - CV 1317/2005	14/10/2013 25/02/2014	Memo 237/2013 Memo 038/2014	10/10/2013 25/02/2014	SECON/SOPRE	14/10/2013 10/03/2014	OF. 793/2013 OF. 45/2014 OF. 163/2014	Solicitado Prorrogação de prazo Solicitação atendida Encaminha Notificação enviada ao município e solicita dilatação do prazo	10/10/2013 14/01/2014 13/03/2014
26/12/2013	1ª vara de santa rosa	OF. 1632/2013	25265.008.708/2013-51	Desconto em folha - ROMALINO DAS DORES		Memo 328	26/12/2013	SEREH		Despacho Eliza	informa que Ofício foi encaminhado ao Núcleo/MS por tratar-se de servidor redistribuído	06/03/2014
30/12/2013	AGU	103.0465/2013		JORGE AMADO FAGUNDES	20/01/2014	Despacho	30/12/2013	SEREH	20/01/2014	OF. 23/2014	Servidor é do MS, of. encaminhado ao Núcleo	10/01/2014
14/01/2014	JF - 02ª V. POA			MANDADO DE NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO	24/01/2014	Memo 011/2014	14/01/2014	SEREH		Despacho Eliza	Informa que a solicitação foi atendida pelo chefe do Sereh	06/03/2014
21/01/2014	MPF - Santa Maria	OF. 049/2014		Rincão dos Martimianos	24/01/2014			GABINETE		OF. 065/2014	será encaminhado à PM. Of. Solicitando inf. Referente a licitação	22/01/2014
18/09/2013	MPF sta Maria	OF. 1790/2013		Mata - CV 0985/1999	02/02/2014	Memo 218/2013	18/09/2013	DIESP	02/10/2013	OF. 748/2013 OF. 879/2013	Solicitado prorrogação de prazo Encaminhado CD com a Documentação Solicitada	01/10/2013 28/11/2013
13/08/2013	PRR 4ª Região	OF. 1991/2013		Vicente Dutra - TC/PAC 0203/07	02/02/2014	Memo 177/2013	13/08/2013	SECON/SOPRE	23/08/2013	OF. 758/2013 OF. 63/2014	Ampliação prazos, passivo, quadro reduzido. Prestação de Contas - Aprovada com Ressalvas	01/10/2013 20/01/2014
11/02/2014	PGF- 4ªREGIÃO	OF. 46/13		Indicar Testemunha. Autor: Ailton José Magalhães	07/02/2014			GABINETE		OF. 105/2014	Solicitação atendida	17/02/2014
24/01/2014	MPF - Santa Maria	OF. 09/2014		Derrubadas - CV 0757/2005	23/02/2014	Memo 15/2014	24/01/2014	SECON/SOPRE	20/02/2014	OF. 69/2014	PM notificada, aguardando para realizar análise da prestação de contas.	24/01/2014
17/01/2014	CGU/RS	OF. 4075/2014		Solicitação de processos	24/02/2014	Despacho	20/02/2014	SECON	22/02/2014	OF. 119/2014	Solicitação atendida	24/02/2014
25/11/2013	MPF - Santo Ângelo	OF. 802/2013		Ajuricaba - CV 1156/2001	27/02/2014	Memo 301/2013	25/11/2013	SECON/SOPRE	15/12/2013	OF. 876/2013	Ampliação prazos, passivo, quadro reduzido.	27/11/2013
16/04/2013 05/06/2013 00/00/0000	MPF - Novo Hamburgo	OF. 263/2013 OF. 516/2013 OF. 869/2013		São Leopoldo - CV 2328/2005	21/03/2014	Memo 81/2013	17/04/2013	SECON/SOPRE	27/04/2013	OF. 484/2013 OF. 747/2013 OF. 862/2013 OF. 137/2014	Processo em Brasília Solicitado prorrogação de Prazo e reiteração de 120 dias Complementação ofício 862/2013	17/06/2013 21/11/2013 28/02/2013
31/10/2013	11ª Vara Cível POA	OF. 1313/2013	25265.007.560/2013-38	Proventos Marcos Martins Paiva	-	Despacho	04/11/2013	SEREH		Despacho Eliza	Informa que está sendo providenciada a exclusão da referida rubrica	06/03/2014
00/00/0000 12/08/2013	PRR Passo Fundo	OF. 839/2013 OF. 1330/2005		Tio Hugo - CV 1623/2005	01/02/2014 31/08/2013	Memo 112/2013 Memo 182/2013	27/05/2013	SECON/SOPRE	07/06/2013 29/08/2013	OF. 750/2013 OF. 81/2014	Ampliação de prazo Ampliação de prestação de contas	01/10/2013 30/01/2014

17/10/2013 02/12/2013 23/01/2014	PRM - Passo Fundo	OF. 1815/2013 OF. 2346/2013 OF. 102/2014		Trindade do Sul - CV 1210/2005	03/02/2014 12/12/2013 23/02/2014	Memo 316/2013		SECON/SOPRE	12/12/2013	OF. 79/2014 OF. 33/2014	Logo será Analisado será enviado Prestação de Contas - Não Aprovado	28/01/2014 13/01/2014
25/07/2013 03/10/2013 23/10/2013 18/11/2013	MPF 4ª Região	OF. 1721/2013 OF. 665/2013 OF. 784/2013 OF. 838/2013		Maximiliano de Almeida - CV 2694/2008	16/10/2013 12/01/2014 13/11/2013 12/01/2014	Memo 173/2013 Memo 329/2013	08/08/2013 10/01/2014	SECON/SOPRE	18/08/2013	OF. 33/2014	Prestação de Contas - Não Aprovado	28/01/2014
18/09/2013 24/10/2013	MPF Sta Maria	OF. 1659/2013 OF. 2191/2013		Nova Esperança do Sul - CV 2134/2005	24/02/2014 24/02/2013	Memo 217/2013	18/09/2013	SECON/SOPRE	23/09/2013	OF. 00/2014	Análise de Prestação de Contas - Não Aprovado	20/01/2014
25/02/2014	AGU	Processo 25245.002.285/2014-85		João Alencar Fagundes	Prazo Expirado	Despacho	26/02/2014	SEREH		Despacho Eliza	Informa que as solicitações foram atendidas conforme emails	06/03/2014
25/02/2014	AGU	Processo 25100.001.830/2014-61		João Leuze de Azevedo	Prazo Expirado	Despacho	26/02/2014	SEREH		Despacho Eliza	Informa que as solicitações foram atendidas conforme emails	06/03/2014
20/08/2013 17/09/2013	MPF Sta Maria	OF. 1562/2013 OF. 1774/2013		São Francisco de Assis - CV 1339/2005	Sem Prazo	Memo 184/2013	22/08/2013	SECON/SOPRE	27/08/2013	OF. 748/2013 OF. 62/2014	Ampliação prazos, passivo, quadro reduzido. Análise de Prestação de Contas - Não Aprovado	01/10/2013 20/01/2014
01/11/2013	PF/RS	OF. 7018/2013		General Câmara - CV 0187/2007	Sem Prazo	Memo 269/2013	11/11/2013	DIESP		OF. 44/2014	encaminhada documentação, FALTA REALIZAR ANALISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	14/01/2014
09/04/2013	MPF - Novo Hamburgo	OF. 263/2013		São Leopoldo - CV 1001/2004	Sem Prazo	Memo 215/2013	18/09/2013	SECON/SOPRE	23/09/2013	OF. 931/2013	Análise de Prestação de Contas	23/12/2013
25/04/2014	MPF- Capão da Canoa	OF. 23/2014		Maquíné - TC/PAC 0732/2009	Sem Prazo	Despacho	26/02/2014	SECON		OF. 134/2014	Solicitação atendida	27/02/2014
17/09/2010	MPF	OF. 6530		Relatório de Auditoria nº 115202	URGENTE			ASPLAN		OF. 911/2013	Solicitação atendida	16/12/2013
11/11/2013	MPF - Novo Hamburgo	OF. 1103/2013		Dois Irmãos - CV 0446/2005		Memo 291/2013	19/11/2013	SECON/SOPRE	27/11/2013	OF. 002/2014	Solicitação atendida	03/01/2014
03/10/2013	MPF - NUCIME	OF. 5808/2013		Inquerito Civil Publico nº 1077/2007 - solicita cópia do processo		Memo 006/2014	06/01/2014	DIESP - A/C Márcia		OF. 049/2014	Solicitação atendida	16/01/2014
03/10/2013 11/12/2013	Vara Adjunta do JEC	OF. 105/2013 OF. 132/2013	25265.008.561/2013-08	Desconto em folha - AZELINDA BRAGA		Despacho Memo 325/2013	17/10/2013 19/12/2013	SEREH		Despacho Eliza	informa que o desconto nos proventos de Azelinda já foi realizado	06/03/2014
28/02/2014	AGU	Processo 25245.002.478/2014-36	25245.002.478/2014-36	Nilton Santos de Abreu	Prazo Expirado	Despacho	28/02/2014	SEREH		Despacho Eliza	Informa que as solicitações foram atendidas conforme emails	06/03/2014
27/02/2014	JT - 26ª VARA	Mandado de citação		Paulo Roberto Machado Aires	Sem Prazo	OF. 135/2014	28/02/2014	PRF 4ª Região				
15/10/2013	CGERH	Memo. 193/Colep	25100.026/281/2013-56	Solicita Processos	Sem Prazo		18/10/2013	SEREH		Despacho Eliza	Informa que os processos foram enviados.	06/03/2014
18/02/2014	AUDIT	Ofício nº 76/2014-PRM-Cruz Alta Memo nº 250/COGED/AUDIT	25100.002.645/2014-93	Fortaleza dos Valos - TC/PAC 0571/2007	10/03/2014	Memo 039/2014	25/02/2014	SECON	05/03/2014	Ofício nº 138 Memo nº 006	Encaminha Notificação enviada ao município para MPF e informa resposta à Audit	27/02/2014 28/02/2014

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

						Encaminhamento AO SETOR				RESPOSTAS		
ENTRADA	ÓRGÃO	DOCUMENTO	SCDWEB	ASSUNTO	PRAZO RESPOSTA	DOCUMENTO	data	Setor	Prazo/resposta	DOCUMENTO	RESPOSTAS	DATA
30/09/2013	TCU/SEFIP	OF. 10834/2013 OF. 14444/2013	25265.007.128/2013-47	Pagamento irregular - Osmar Fernandes	07/11/2013	Despacho	10/10/2013	SEREH	22/10/2013			
09/10/2013 28/11/2013 30/01/2013	DPU	OF. 140/2013 OF. 2124/2013 OF. 15/2014	25265.001.085/2014-77	Quilombo - Cantão das Lombas	Sem prazo	Despacho	21/02/2014	DIESP	Urgente			
05/12/2013 02/12/2013 14/03/2014 18/03/2014	TCU AUDIT	OF. 1530/2013 OF. 1504/2013 Memo 112/2014 OF. 0408/2014	25265.008.505/2013-65 25100.004.225/2014-41	Acórdão 8389/2013 - TCU -Plano de ação	24/02/2014 02/03/2014 31/03/2014	Memo Cir. 04 Despacho 011	18/12/2013 20/03/2014	GAB	31/03/2014			
18/12/2013	CGU/PR	OF. 38409/2013	25265.008.705/2013-18	Relatório de Auditoria 201203690	31/03/2014	Despacho	30/12/2013	ASPLAN	-			
02/07/2013 04/12/2013	CGU/PR	OF. 18949/2013 OF. 36984/2013	25265.008.240/2013-03	Relatório de Auditoria nº 201108834	31/03/2014	Memo 314/2013	10/12/2013	DIADM	20/12/2013			
04/09/2013	26ª Vara Trabalhista	Sem nº	25265.007.012/2013-16	Próxima audiência 14/05/2014 as 10 h e 20 min	-	Memo 005/2014	06/01/2014	SEREH	-			
18/11/2013 14/01/2014	TCU/SEFIP	OF. 16720/2013 OF. 0030/2014	25265.007.734/2013-62 25265.000.184/2014-31	Pensionista Zilca Pancinha Tricerri	18/01/2014	Memo 293/2013 Memo 010/2014	20/11/2013 14/01/2014	SEREH	25/11/2013 Imediato			
25/11/2013	MPF	OF. 7186/2013	25265.007.775/2013-59	Medicação vencida	Sem Prazo	Despacho	25/11/2013	ASPLAN	-			
03/12/2013	COCED	E-mail	-	Ubiretama - EP 1200/07	Sem Prazo	Email	11/12/2013	SECON	13/12/2013			
25/10/2013	TCU/SEFIP	OF. 16051/2013	25265.007.495/2013-41	Dependentes de Vanderlei Barbosa de Oliveira	Sem Prazo	Despacho	04/11/2013	SEREH	15/11/2013			
12/07/2013 24/09/2013	TCU/SEFIP	OF. 10194/2013 OF. 14380/2013	25265.007.121/2013-25	Aposentadoria de Rubem Siqueira	09/09/2013	Despacho	02/10/2013	SEREH	Urgente			
17/09/2013 10/03/2014	MPF - Caxias do Sul	OF.1643/2013 OF. 252/2014	25265.001.625/2014-12	Monte Alegre dos Campos - CV 0400/08	28/01/2014 25/03/2014	Memo 216/2013 Despacho 001	18/09/2013 13/03/2014	SECON	23/09/2013 20/03/2014	OF. 753/2013 OF. 908/2013	Solicitada prorrogação de prazo Análise da Prestação de contas	01/10/2013 13/12/2013
21/10/2013 10/03/2014	MPF - Santo Ângelo	OF. 739/2013 OF. 111/2014	25265.001.627/2014-10	Vitória das Missões - TC/PAC 0755/07	Sem prazo C/brevidade	Depacho 002	13/03/2014	SECON	20/03/2014	Memo 252/2013 OF. 348/2013	Solicitação atendida	24/12/2013

27/08/2013 29/10/2013 10/03/2014	MPF - Santa Maria	OF.1615/2013 OF. 2230/2013 OF. 0365/2014	25265.001.626/2014-67	Nova Palma - CV 1249/06 e CV 1993/06	28/02/2013 24/03/2014	Memo 188/2013 Despacho 003	27082013 13/03/2014	SECON	03/09/2013 20/03/2014	OF. 751/2013 OF. 31/2014 OF. 112/2014	Solicitada prorrogação de prazo Prestação de Contas - Aprovado Atendido	01/10/2013 13/01/2014 20/02/2014
06/03/2014	MPF - Rio Grande	OF. 251/2014	25265.001.764/2014-46	São José do Norte - CV 633.588/SIAFI	16/03/2014	Despacho 004	13/03/2014	SECON	16/03/2014			
10/03/2014	AGU	Memo Circ. 01/2014	25100.003.588/2014-60	Encaminha consolidado de Instruções Normativas da AGU para as Chefias	-	Despacho 005	13/03/2014	GAB	-			
10/03/2014	MPF - Passo Fundo	OF. 233/2014	25265.001.629/2014-09	Solicita informação controle carga horária médicos Ronda Alta	30/03/2014	Katia/Jair	13/03/2014	GAB	24/03/2014			
10/03/2014	MPF - Passo Fundo	OF. 235/2014	25265.001.628/2014-56	Solicita informação carga horária médicos Três Palmeiras	30/03/2014	Katia/Jair	13/03/2014	GAB	24/03/2014			
06/03/2014	AUDIT	Memo 30/2014	25100.003.527/2014-01	Parecer Auditoria Interna nº 13/2014	Sem prazo	Despacho	13/03/2014	SEREH	Sem prazo			
13/02/2014 10/03/2014	AUDIT	Memo 220/2014 Memo 48/2014	25100.003.786/2014-23	Cândido Godói - CV 0917/2001	28/02/2014 07/04/2014	Despacho Depacho 006	18/02/2014 14/03/2014	ASPLAN	02/04/2014	Memo 002/2014/TCE	Solicitação atendida	19/02/2014
05/03/2014	MPF	OF. 976/2014	25265.001.765/2014-91	acessibilidade no prédio	25/03/2014	Despacho 007	14/03/2014	DIADM	21/03/2014			
11/12/2013 19/03/2014	AUDIT MPF - Cruz Alta	Memo 1693/2013 OF. 172/2014	25265.001.909/2014-17	Fortaleza dos Valos -TC/PAC 0449/2008	27/12/2013 17/04/2014	Memo 317/2013 Descpacho 008	20/03/2014	SECON	20/12/2013 07/04/2014	Memo 321/2013	Solicitação atendida	17/12/2013
19/03/2014	MPF - Santo Ângelo	OF. 193/2014	25265.001.905/2014-21	São Nicolau - CV 1997/2006	Sem prazo	Despacho 009	20/03/2014	SECON				
19/03/2014	MP - Vacaria	OF. 271/2014	25265.001.914/2014-11	Esmeralda - S/CV	08/04/2014	Despacho 010	20/03/2014	SECON	01/04/2014			
19/03/2014	PRF - Porto Alegre	OF. 06/83/10-10	25265.001.907/2014-10	Vanessa Gazulha -Processo 5071517-17.2013.404.7100	01/04/2014	Despacho 12	20/03/2014	SEREH	27/03/2014			

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Observação: As informações estão agrupadas no item 9.1.1

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A 9.2.2 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Observação: As informações estão agrupadas no item 9.1.2

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central de Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

9.4 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores foram informados e/ou comunicados que devem fazer a entrega da DBR, conforme determina a Lei nº 8.730/93. Alguns servidores inclusive autorizaram ao recursos humanos acesso as declarações no sistema.

9.5 Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			

* Especificar razões

9.6 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.9.6 - modelo de Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Gustavo de Mello, CPF nº 432.729.080-72, Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde, exercido na Superintendência Estadual da Funasa- Suest-RS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de março de 2014.

Gustavo de Mello

CPF 432.729.080-72

Superintendente Estadual - Funasa/Suest-RS

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - **www.funasa.gov.br**, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal;
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Norte, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2013 o SIC-Funasa recebeu 366 (trezentos e sessenta e seis) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Quanto à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio [http:// www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) informações referentes à ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

10.2 - Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

A Funasa vem envidando esforços em definir mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos / usuários, mas ainda está em fase de elaboração.

10.3 - Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

A Funasa vem trabalhando para obter a demonstração de resultados, mas que ainda está em fase de elaboração.

11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013**11.1 Medidas Adotadas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

A Funasa vem promovendo regularmente a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. As informações prestadas pela UJ devem conter os seguintes dados, conforme relação abaixo:

DEPRECIÇÃO DE BENS IMOBILIZADOS

a) Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o disposto na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com a Lei n.º 4.320/64, com a Lei Complementar n.º 101/2000, com a Lei n.º 10.180/2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTPS);

c) A vida útil de cada bem do imobilizado adquirido a partir de janeiro de 2010 é definida conforme tabela disposta no item 27 da Macrofunção 020330;

d) Metodologia de cálculo: adotou-se o Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da referida Macrofunção;

e) As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens em função do tempo de vida útil e deduzidos os valores residuais nos percentuais estabelecidos no item n.º 27;

f) A depreciação se procedeu a partir do custo histórico (Valor em Nota Fiscal) registrado no SIAFI, para os bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Os bens anteriores a este período estão pendentes de avaliação de valor econômico para iniciação do processo de depreciação.

g) Como impacto tem-se o decréscimo patrimonial decorrente da perda de valor econômico do ativo imobilizado, aproximando-o do valor real, ou seja, o valor justo, considerando o tempo de uso, a ação da natureza e a obsolescência dos bens. Trata-se de uma variação diminutiva que impacta no patrimônio da entidade.

Mensalmente, a Setorial contábil faz a conferência dos saldos apresentados nos Relatórios de Depreciação gerados pelo Sistema de Gestão Patrimonial comparando-os aos valores registrados no SIAFI e procedendo aos registros mensais da depreciação.

REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS IMOBILIZADOS

Os procedimentos de reavaliação e redução a valor recuperável do Ativo Imobilizado desta Fundação serão efetuados pela empresa LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS S/A, CNPJ/MF n.º 24.936.973/0001-03, cujo processo de contratação encontra-se em curso, conforme Ata de Registro de Preços n.º 21/2013, Pregão n.º 22/2013.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena : Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Data
Contador Responsável	CRC nº

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR GOVERNAMENTAL		Código da UG	
Denominação completa (UJ)			
Superintendência Estadual de FUSASA no Estado do Rio Grande do Sul	255021		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. EXCEÇÃO no tocante a:</p> <p>RESTRIÇÃO: TÍTULO</p> <p>302 - FALTA POR ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMR</p> <p>653 - SIDA LONGINDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS AT. COMP.</p> <p>657 - CONVENIÇÃO A APROVAR COM DATA EXTRADA</p> <p>764 - SIDA LONGINDEV. CONTAS PASSIVO COMPENSADO</p>			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	Evandro Carlos Cardoso	CRC nº	4763
Ordemador da Despesa	Gustavo de Mello Superintendente Estadual FUSASA/RS		

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ”

11.6 Relatório de Auditoria Independente

“NÃO SE APLICA A NATUREZA JURÍDICA DA UJ

12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/05/2013

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA RS DEBATE PAC E SANEAMENTO COM AS COMUNIDADES GAÚCHAS

A Superintendência Estadual da FUNASA no Rio Grande do Sul adotou como uma de suas prioridades de atuação em 2013, colocar a instituição em contato direto com autoridades municipais, entidades comunitárias, associações e população em geral, através de seminários, encontros e audiências públicas, promovidos em conjunto com prefeituras e câmaras municipais.

O anúncio de recursos para obras ou início das licitações, também, têm sido em eventos públicos, dando total publicidade à população dos investimentos que estão sendo realizados pelo governo federal.

Nestes encontros, com uma programação de debates e palestras, o PAC-FUNASA sempre é tema das intervenções do senhor Superintendente Estadual, Gustavo de Mello, e objeto de muitos pedidos de esclarecimentos. Além disso, tem sido dada muita atenção aos temas da Lei 11.445/2007 – a Lei do Saneamento Básico - quase totalmente desconhecida dos gestores municipais, e ao incentivo da criação de Consórcios Públicos e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

A receptividade é sempre excelente, com auditórios lotados, a demonstrar que as deficiências do Saneamento em nosso Estado são muito grandes e não fogem à realidade nacional, percebendo-se um anseio muito forte por parte da população gaúcha em ter acesso a estes serviços. Com estes encontros compreendemos que estamos aproximando a FUNASA dos gestores e da população.

EVENTOS REALIZADOS PELA FUNASA EM 2013

A percepção de que os serviços de saneamento são essenciais para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças não é mais privilégio de sanitaristas, dos meios acadêmicos e do governo. Hoje, a maior parte da sociedade civil organizada tem consciência que “a má qualidade ou inexistência de redes de água e esgotos são os principais fatores de risco à saúde” e a falta de saneamento é identificada como uma das principais preocupações da população brasileira em relação à saúde.

É de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação das políticas de Saneamento, Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Neste sentido, já existe um aparato legal e constitucional, o qual define diversas atribuições e responsabilidades para o Sistema Único de Saúde em relação a tais políticas.

Com a regulamentação da Lei do Saneamento (Lei 11.445/2007), que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, os municípios terão a oportunidade de definir todos os investimentos no setor, por meio do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, que se tornou um poderoso instrumento de planejamento, promoção da qualidade de vida e de um ambiente saudável.

Compete à Funasa, fomentar e prestar apoio técnico aos órgãos governamentais e não governamentais na estruturação, planejamento e execução das ações e serviços de saneamento e edificações em todos os municípios, identificar soluções alternativas de saneamento básico, adequadas à realidade local; analisar tecnicamente a execução dos projetos de engenharia relacionados aos programas de saneamento; coordenar e supervisionar a execução de projetos relacionados aos programas de saneamento, manutenção e operação dos sistemas implantados.

Portanto, a Funasa, está presente na maioria dos municípios e em áreas de grande interesse social, implantando ações de “Saneamento Ambiental”, utilizando os recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

14/01/2013 - Superintendente visita o município de Candiota em busca de melhorias em Saneamento

Foto: Suest/RS



Superintendente debate com prefeito alternativas sobre serviços de água e esgoto em Candiota

Em recente visita a Candiota, na região sul do Estado, o superintendente Gustavo de Mello, da Superintendência Estadual da Funasa em Rio Grande do Sul (Suest/RS), debate com o prefeito, Luiz Carlos Folador, alternativas sobre a gestão dos serviços de água e esgoto no município.

Como exemplo do que ocorre no oeste de Santa Catarina, a criação de um consórcio regional foi apresentada como modelo para os municípios da região da campanha gaúcha. “O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Sul de Santa Catarina (Cisam-Sul), com sede em Orleans, é um exemplo bem sucedido de parceria entre 18 municípios catarinenses”, afirmou o superintendente.

Folador esclareceu que está determinado a criar um departamento de saneamento eficiente e enxuto, aproveitando servidores do quadro funcional do município. “Vamos também conversar com os prefeitos que estão assumindo para verificarmos a possibilidade de consorciamento”, disse.

O superintendente reiterou o apoio aos projetos de cooperação técnica com os municípios e informou que investimentos em obras saneamento estão passando pela Fundação e que os municípios precisam se organizar para captar recursos da segunda etapa do programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2), em abril de 2013.

Candiota está executando obras do convênio no valor de R\$ 2,27 milhões com a Instituição. As obras vão beneficiar duas mil pessoas de seis assentamentos e 1.500 habitantes de vilas populares com o abastecimento de água tratada e de qualidade. “Com as obras concluídas, o sistema disponibilizará o volume de água tratada necessária para atender o consumo máximo de Candiota”, afirma Folador.

22/01/2013 - RS: Plano Municipal de Saneamento é discutido em reunião

Foto: Suest/RS



Gustavo de Mello afirmou que a água vem se tornando um bem cada vez mais valioso

O superintendente, Gustavo de Mello, da Superintendência Estadual da **Funasa** no Rio Grande do Sul, realizou palestra para 15 prefeitos do Médio Alto Uruguai, na última semana de dezembro do ano de 2012, na câmara municipal de Ametista do Sul.

O objetivo foi explicar as obrigações legais impostas pelo novo marco regulatório do saneamento do país. A Lei 11.445/2007 estabelece as diretrizes para a criação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), que envolvem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

Mello salientou que o PMSB é um desafio inadiável para os prefeitos, e que, a Fundação quer ajudar na elaboração dos projetos dos municípios. “A questão do saneamento vai exigir posições e demandas dos gestores municipais em 2013”, destacou o superintendente. Segundo ele, a captação de recursos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), junto o Governo Federal, vai depender da elaboração do plano coordenado pelos executivos municipais.

O superintendente ressaltou que o PMSB visa promover saúde e qualidade de vida. Também ajuda a organizar a gestão e a estabelecer condições para prestação de serviços de saneamento básico para que cheguem a todos os brasileiros. “A legislação aprovada e os recursos financeiros disponíveis demonstram o compromisso do Governo em transformar o saneamento numa política de Estado e não de apenas uma administração”, disse Mello.

Uma das propostas apresentadas no encontro foi a de criar um consórcio de cooperação técnica entre os municípios. Segundo os presentes, esta parceria diminuiria os custos de administração, traria maior protagonismo para os conveniados na captação de recursos e daria sustentabilidade na gestão dos serviços públicos.

A reciclagem de resíduos sólidos também foi abordada na ocasião, já que políticas públicas para catadores também estão previstas em Lei e em especial nos prazos da Lei 12.305/2010. Para Mello, a reciclagem além de estar relacionada com a preservação da água, é uma maneira de combater a extrema pobreza do país. “A Funasa tem sido sensível aos projetos nesta área e vai fazer esforços para cooperar com prefeituras e cooperativas de catadores”, enfatizou.

O superintendente também comunicou para os prefeitos a aquisição de uma unidade móvel, pela Funasa, para verificação da qualidade da água. Mello disse que o veículo está equipado com um laboratório, e que também será utilizado para educação em saúde e disponibilizado para utilização em parceria com os municípios.

O superintendente salientou que a água vem se transformando em um bem cada vez mais valioso e que a Instituição tem interesse na construção de um laboratório sobre o tema para que seja uma referência na região. “Queremos chegar à universalização com qualidade no abastecimento de água no país”, finalizou Mello.

Participaram da audiência pública os prefeitos de Ametista do Sul, Planalto, Gramado dos Loureiros, Trindade do Sul, Três Palmeiras, Ronda Alta, Liberato Salzano, Entre Rios, Cruzaltense, São José das Missões, Novo Tiradentes, Sagrada Família, Lajeado do Bugre, São Pedro das Missões e Nicolau Vergueiro.

24/01/2013 - RS: Comunidade quilombola recebe rede de abastecimento de água

Foto: Suest/RS - Funasa



Crianças apresentaram espetáculo candomblé para comemorar chegada da água à comunidade

As 30 famílias da comunidade quilombola Vovô Theobaldo, do município de Arroio do Meio, na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, passaram a viver com mais dignidade a partir da implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), inaugurado no dia 23 de janeiro. A obra, realizada no Morro São Roque, foi viabilizada por meio de parceria entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a AES Sul, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a prefeitura municipal.

A presidenta da comunidade quilombola, Loni Maria da Silva, explicou, em poucas palavras, a dificuldade que havia devido à escassez no abastecimento, principalmente nos períodos de seca. “Ou usávamos a água para nos lavar ou para cozinhar o arroz para as crianças. Agora fomos direto pro céu. Água é vida, gente!”, comemorou.

Para Gustavo de Mello, superintendente da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS), o investimento reflete o resgate de populações historicamente excluídas no Brasil, que passam a ter uma nova expectativa de vida a partir da inauguração da obra. “Quando o Governo Federal diz que o País Rico é País Sem Miséria, é destas ações que estamos falando”, assinalou.

Um grupo de crianças apresentou um espetáculo de candomblé para demonstrar que não foi só a saúde pública que estava sendo modificada na comunidade, mas, também, toda a história de superação da cultura negra. As autoridades presentes se emocionaram com a apresentação e festejaram muito a inauguração do poço artesiano.

Participaram do ato o prefeito de Arroio do Meio, Sidnei Eckert; o vice-prefeito, Áurio Scherer; o representante da Emater, Roque Teloken; além de secretários e vereadores do município.

01/02/2013 - Funasa convida servidores a participarem da implantação da Agenda A3P

A Presidência da Funasa, por intermédio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos (Cglog) do Departamento de Administração (Deadm), convida todos os servidores e colaboradores da Instituição, em Brasília e em todas as Superintendências Estaduais, a participarem ativamente da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A A3P é um programa elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrante do Projeto Esplanada Sustentável (PES), do Governo Federal, que consiste na implantação, nos órgãos públicos, de um conjunto de ações voltadas para o uso racional de recursos naturais.

O Termo de Adesão da **Funasa** à A3P foi assinado em dezembro do ano passado e a meta do programa é a implantação da responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública.

A adoção de um programa de Responsabilidade Socioambiental pelo Governo Federal é muito importante, pois permitirá aos órgãos públicos darem a sua contribuição para a economia dos recursos públicos, beneficiando o meio ambiente com a redução das emissões de CO2 e menor volume de resíduos gerados, e divulgando bons exemplos e ações a serem seguidos pelo conjunto da sociedade em geral.

A assinatura do Termo de Adesão representou o primeiro passo nesse sentido, pois sem a contribuição, a colaboração e empenho de todas as unidades e de todos trabalhadores que compõem a estrutura da Funasa — por meio do engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa —, os objetivos da A3P e do Projeto Esplanada Sustentável dificilmente serão alcançados.

A Presidência da Funasa constituiu um Comitê para o cumprimento das atribuições enumeradas na Portaria 876 de 25/10/12, BS 45 de 05/11/12. Esse Comitê está aberto a sugestões e à participação de todos os servidores da Funasa, sendo o principal canal de contato o e-mail (a3p.presidencia@funasa.gov.br).

Todas as Superintendências Estaduais (Suest's) deverão constituir subcomitês que atuarão em consonância com o Comitê da Presidência (Comitê-Presi) e que também deverão indicar, dentre seus membros, um interlocutor para os contatos entre a Presidência e as Suest's.

Projeto Esplanada Sustentável (PES)

O Projeto Esplanada Sustentável é resultado da integração de quatro programas do Governo Federal: o Programa do Gasto Eficiente; o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica; a Agenda A3P da Administração Pública; e a Coleta Seletiva Solidária.

O PES tem a finalidade de colocar a eficiência dos gastos na agenda dos órgãos públicos e propor mudanças de hábitos e atitudes dos servidores públicos com a adoção de novas práticas de gestão.

Ao estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício, o programa visa a melhoria contínua da gestão dos processos, adequando, por exemplo, o consumo de energia elétrica, água, papel, copos descartáveis, contratos de terceirizados, vigilância, limpeza, entre outros insumos.

21/02/2013 - RS: Funasa libera R\$ 31 milhões para saneamento rural no estado

A Funasa aprovou a liberação de R\$ 31,15 milhões para a construção de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em zonas rurais de seis municípios gaúchos. Restinga Seca, Capão do Cipó, Cerrito, Canguçu, Vila Nova do Sul e São Lourenço do Sul estão entre as comunidades beneficiadas.

Os projetos dos sistemas de abastecimento de água contemplam a captação por poço artesiano, rede de distribuição, reservação, tratamento da água e ligações domiciliares. As obras atenderão uma população de 4.315 habitantes residentes em 19 comunidades rurais que possuem abastecimento precário e sofrem com a má qualidade e constante escassez da água.

Segundo a chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) da Suest/RS, Nádia Pilati, os recursos foram captados a partir da elaboração de projetos e da inclusão do estado no programa 'Brasil sem Miséria', do Governo Federal. "Com essa possibilidade, a Superintendência Estadual elaborou notas técnicas relatando os problemas de desabastecimento que culminaram com a liberação dos recursos", enfatiza Nádia.

A chefe da Diesp/Suest/RS esclarece, ainda, que os convênios com os municípios já foram assinados, restando a realização de processo licitatório pelos municípios para que se inicie a contratação das obras. "Com os recursos disponíveis esperamos que já no mês de março os municípios possam lançar os editais para licitação das empresas que executarão os trabalhos", acrescentou.

04/03/2013 - Suest promove exposição sobre Saneamento Básico em Torres

Para marcar o mês em que se comemora o Dia Internacional da Água, a Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS), em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do estado (IHGRS), organiza uma exposição itinerante sobre a história do saneamento básico.

A 1ª edição do evento “Água em movimento - A saúde pública retratada a partir do resgate histórico do saneamento ambiental” ocorre no dia 7 de março no Coreto da Praça XV de novembro, no centro de Torres, com entrada franca. (Veja programação abaixo).

O superintendente estadual da Funasa, Gustavo de Mello, ressalta a necessidade de se investir em ações educativas para marcar a relação existente entre o saneamento básico, a preservação ambiental e a saúde das populações. "É sabido que todo o investimento em saneamento reflete positivamente na prevenção de doenças e na melhora da qualidade de vidas das pessoas e esta é justamente a missão da Fundação", salienta Mello.

Segundo o superintendente, 2013 é um ano muito afirmativo para o setor já que a legislação nacional determina que os municípios tenham concluído o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para continuarem recebendo recursos federais. "Este é um grande passo para que possamos evoluir na questão do abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação adequada dos resíduos sólidos", explica.

Programação:

10h: Lançamento da exposição “água em movimento” com o anúncio de recursos da Funasa para o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Torres/RS.

14h: Oficina temática com o superintendente Estadual da Funasa, Gustavo de Mello- O papel da Funasa na consolidação das políticas públicas e qualificação do debate cultural.

15h: Oficina com o professor Miguel Espírito Santo- Saneamento Básico: um difícil começo;

16h: Oficina com o professor Gunter Weimer - Origem e evolução das cidades do RS;

19h: Encerramento

11/03/2013 No Sul, Funasa auxilia instituto com demanda a ministra

Foto: Funasa/RS



A ministra Marta Suplicy, no momento em que ouvia Gustavo de Mello.

O superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Rio grande do Sul, Gustavo de Mello, aproveitou a visita da ministra da Cultura Marta Suplicy, a Porto Alegre, na terça-feira passada (05), para encaminhar uma solicitação de audiência. A reunião solicitada é uma demanda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), parceiro da Funasa em eventos culturais e de pesquisa sobre o tema do saneamento ambiental.

O IHGRGS é uma instituição que tem por finalidade estudos e investigações em diferentes campos do conhecimento, além de preservar a memória riograndense por intermédio de fundos documentais e acervos bibliográficos. Nos seus 93 anos de atividades contínuas, publicou 146 números de sua revista especializada em história entre outras obras que visam concorrer à promoção humana, social e cultural brasileira.

Na visita que fez ao complexo cultural Multpalco, a ministra da Cultura mostrou-se entusiasmada com a obra em construção ao lado do Theatro São Pedro, no centro da capital gaúcha. O empreendimento está orçado em R\$ 50 milhões, sendo que R\$ 32 milhões já foram executados com recursos obtidos por meio das leis de incentivo à cultura.

01/04/2013 - RS: Saúde do trabalhador é tema de palestra no Sindibancários



Foto: Suest/RS

Superintendente (ponta da mesa) destaca que saneamento deve incluir sustentabilidade

Durante a oficina de criação literária, ministrada pelo escritor Alcy Cheuiche em 26 de março, do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, o superintendente da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS), Gustavo de Mello, palestrou sobre a saúde do trabalhador.

Na sua abordagem o superintendente comentou o processo histórico da Fundação, desde o combate de epidemias à fase atual com a promoção da saúde por meio do saneamento ambiental. Ele alertou que o saneamento não pode ser considerado apenas água, esgoto, obras ou serviços pontuais,

mas deve envolver a sustentabilidade, contando com participação social e educacional no contexto ambiental.

Gustavo de Mello explanou sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem proporcionado uma nova etapa de investimentos pela Funasa. E também citou experiências bem sucedidas de cooperativismo como a de Santa Cecília do Sul, onde uma comunidade de catadores aumentou a renda por meio da formação de cooperativa para a coleta seletiva de lixo, a Coopercicla, que presta serviços para oito municípios da região. “São mais de 70 famílias que saíram da linha da extrema pobreza e estão fazendo um trabalho que se tornou referência no manejo e destinação de resíduos”, argumenta.

05/04/2013 - RS: Suest apoia seminário regional sobre inclusão social de catadores

Foto: Suest/RS



Foram abordados temas como qualificação e valorização dos materiais reciclados

A cidade de São Gabriel, situada na região da campanha do Rio Grande do Sul, sediou ontem (03) o Seminário Regional Coleta Seletiva com a Inclusão Social dos Catadores que contou com o apoio da Funasa, por meio da Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul (Suest/RS), e da Petrobrás.

O evento, organizado pela Associação Planeta Vivo, foi prestigiado por representantes do Governo Estadual, deputados estaduais e federais, Prefeitura Municipal e organizações não governamentais (ONGs), e reuniu centenas de recicladores cooperativados no estado. A Associação, através do projeto Minuano, atua há mais de oito anos na mobilização e organização dos catadores de materiais recicláveis em 25 municípios gaúchos.

No seminário foram abordados temas como a Lei de Resíduos Sólidos, proteção ambiental, inclusão social, busca de recursos para qualificação dos serviços e valorização da cadeia produtiva do material reciclado. Experiências relatadas pelas trabalhadoras ganharam destaque no evento com histórias de superação e dignidade adquiridas a partir do trabalho em associação. A catadora Maria

Otilia Ortiz, de São Gabriel, foi enfática sobre a importância da cooperação: “O individualismo do catador não traz resultado e quem está começando não deve desistir porque vale a pena”, ensina.

Em um dos painéis apresentados, o superintendente estadual da Funasa no RS, Gustavo de Mello, afirmou que a categoria dos catadores está mais forte do ponto de vista social de uma organização. “O associativismo dos recicladores é fundamental para a valorização de seu trabalho”, ressaltou Mello, acrescentando que conhecendo a disponibilidade de recursos da Funasa é na cooperação técnica que se produzirá as maiores potencialidades no trabalho dos catadores.

A Lei dos Resíduos Sólidos foi destacada pelo superintendente como uma importante conquista para os catadores, já que os municípios terão que organizar seus sistemas de coleta seletiva a partir dela, além de organizarem seus planos municipais de saneamento básico já em 2014. “Os catadores estão no centro desta lei e devem se espelhar nela”, afirmou Mello.

Paralelo ao seminário ocorreu a Mostra Estudantil de Trabalhos com Material Recicláveis Sepé Tiarajú, na qual alunos das escolas de São Gabriel apresentaram objetos feitos a partir de resíduos descartados, numa demonstração de que preceitos da Lei, como educação e mobilização, também foram lembrados no evento.

Projeto Profissão Catador

A cidade de Cruz Alta trouxe para o seminário uma experiência bem sucedida de autogestão com o projeto profissão catador que existe desde 2005. Segundo a coordenadora do projeto, Isadora Cadore Virgolin, quatro associações foram criadas no município permitindo que se atingisse um aumento significativo na renda dos catadores. “O pet que era vendido a R\$0,60 o quilo na comercialização direta com os atravessadores passou a render R\$ 1,60 com a cooperativa”, enfatiza Isadora.

Outras conquistas da organização coletiva relatadas pela coordenadora dizem respeito à aquisição de equipamentos, redução de acidentes e do trabalho infantil, além de autonomia, principalmente das mulheres catadoras que passaram a incluir suas famílias em programas sociais. O trabalho pode ser conferido no site www.profissaocatador.com.br.

23/04/2013 - RS: Rede de abastecimento de água é entregue em Tiradentes do Sul Foto: Suest/RS



Moradores comemoraram inauguração de Sistema de Abastecimento de Água (SAA)

Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no valor de R\$ 1,3 milhões repassados pela Funasa – por meio da Superintendência Estadual da Fundação no Rio Grande do Sul (Suest/RS) -, mais a contrapartida do município de R\$ 200 mil, foram concluídas as obras de abastecimento de água em oito comunidades rurais de Tiradentes de Sul, região noroeste do estado.

Ao todo, 200 famílias foram beneficiadas com a execução de aproximadamente 100 quilômetros de rede de distribuição. O ato de inauguração do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) ocorreu no dia 13 de abril, na semana em que o município comemora seus 21 anos de emancipação política, com a presença de prefeitos da região e moradores das comunidades beneficiadas.

O superintendente estadual da Suest/RS, Gustavo de Mello, ressaltou que o evento simboliza um investimento público valioso que vai refletir na saúde pública e na economia do município. “Este é um dia de celebração da cidadania ao demonstrar que os investimentos em saneamento fazem parte do projeto de nação do Governo Brasileiro”, enfatizou Mello.

João Carlos Hickmann, prefeito de Tiradentes do Sul, destacou que a Fundação tem sido parceira do município, não só nos pleitos de abastecimento de água, mas também na área de resíduos, através da aquisição de um caminhão para coleta seletiva. “São duas ações complementares que vão melhorar a qualidade de vida da nossa população”, afirmou.

O presidente da Associação dos Municípios da Região Ceieiro (Amuceieiro), prefeito de Vista Gaúcha, Claudemir Locatelli, destacou que as obras de Tiradentes devem servir de referência para as demais cidades e que o saneamento é um desafio que se impõe aos novos prefeitos.

Representando a Esquina Limeira, local onde foi realizado o ato de inauguração, o presidente da Associação dos Moradores, Airton Borba, agradeceu aos presentes afirmando que a comunidade foi contemplada com o bem mais precioso que se pode ter que é água.

As comunidades beneficiadas com SAA foram: Esquina Limeira, Linha Formosa, Lajeado, Caçador, Progresso, Linha União, Limeira e Esquina Salãozinho.

25/04/2013 - RS: R\$ 18,3 milhões são liberados e beneficiarão 500 famílias quilombolas

Foto: Suest/RS



Com recursos comunidades poderão iniciar licitação para execução das obras

A Funasa, por meio da Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul (Suest/RS), anunciou investimentos de R\$ 18,3 milhões para implantação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) em 12 comunidades quilombolas da Zona Sul do estado.

O anúncio foi feito pelo superintendente estadual, Gustavo de Mello, na última sexta-feira (19). Com a primeira parcela dos recursos, já liberada, e os projetos básicos entregues, os municípios de São Lourenço, Cerrito e Canguçu poderão dar início ao processo licitatório para a contratação das empresas que executarão as obras.

Os projetos dos SAA contemplam a captação por poço artesiano, rede de distribuição, tratamento e ligações domiciliares e as obras atenderão comunidades da zona rural que possuem abastecimento precário e sofrem com a má qualidade e constante escassez da água.

Segundo Mello, os recursos foram captados a partir da elaboração de projetos pela Fundação e pela inclusão do estado do Rio Grande do Sul no programa ‘Brasil sem Miséria’, do Governo Federal. Na presença de lideranças e prefeitos municipais, o superintendente afirmou que os investimentos refletem uma reparação do estado brasileiro com a população negra. “Está se fazendo justiça com aqueles que construíram a riqueza desse país”, reiterou o superintendente.

Comunidades Quilombola

Presente no evento, Ruben Nunes da Rosa, um dos mais antigos moradores do quilombo Vila Costa, em Cerrito, deu seu testemunho sobre a dificuldade vivida pela falta de abastecimento. “Antes buscávamos água da sanga, mas hoje o veneno não deixa mais. Agora vai haver 100% de melhora na vida da comunidade”, enfatiza.

Miguel Silva, do quilombo Maçambique em Canguçu, salientou que a seca tem aumentando muito nos últimos anos, impossibilitando até mesmo a agricultura de subsistência praticada pelos quilombolas. “Fiquei radiante, nasceu o sol da justiça”, comemorou.

O vereador Formiga, de Canguçu, representante da comunidade negra, afirmou que o país vive uma transformação e que estas ações dos governos vão levar dignidade e ajudar a retirar da miséria a população negra do município. “È um reconhecimento repleto de simbolismos, reparando toda contribuição que os negros deram ao nosso país”, salientou.

As comunidades beneficiadas são: Monjolo/serrinha, Rincão das Almas/negros e Vila do Torrão de São Lourenço do Sul; Passo do Santana, Pitangueira, Ponte do Império e Vila Costa de Cerrito; e Maçambique, Potreiro Grande, Passo Lourenço e Da Armada de Canguçu.

29/04/2013 - RS: Suest realiza oficina sobre MSD e Educação em Saúde Ambiental

Foto: Suest/RS



Serão investidos R\$ 12 milhões com o objetivo de reduzir males causados por falta de saneamento

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/Ascar-RS) realizaram na última terça-feira (23), em Porto Alegre, reunião de trabalho com 23 municípios gaúchos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) para o recebimento de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

Serão investidos R\$ 12 milhões e o objetivo é contribuir para a redução dos índices de mortalidade provocados pela falta ou inadequação das condições de saneamento, pois MSD são intervenções promovidas nos domicílios que incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água e esgoto - quando disponíveis – ou à fossas sépticas.

O encontro serviu para orientar os trabalhos de Educação em Saúde Ambiental, além de discutir os procedimentos adotados na construção das melhorias, bem como na identificação dos beneficiários.

Na oportunidade, a chefe do Setor de Saúde Ambiental, Fernanda Marros, informou que um termo de cooperação técnica entre a Funasa e a Emater do Rio Grande do Sul permitirá um aperfeiçoamento na identificação das carências na zona rural devido à vasta capilaridade da instituição. “Com esta parceria poderemos qualificar a gestão dos recursos e das políticas públicas direcionadas principalmente à zona rural, onde está a maior parte das pessoas em situação de miséria”, esclareceu.

Durante o evento foi apresentado e distribuído material educativo sobre MSD produzido pela Emater/Ascar-RS e a Fundação. O folder Cuide de sua Saúde traz informações sobre a relação entre o saneamento e a qualidade de vida, de como utilizar e manter o módulo em condições adequadas de higiene e de que forma lidar com o lixo domiciliar.

15/05/2013 - RS: Suest realiza oficina para promover Educação em Saúde Ambiental

Foto: Suest/RS



Participaram do encontro representantes de 22 municípios da Região Sul do estado

A cidade de Arambaré sediou nos dias 07 e 08 de maio oficina promovida pela Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) para técnicos de 22 municípios da Região Sul do estado. No encontro, foi apresentado o Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental da Fundação.

A oficina teve como público-alvo prefeitos, vereadores e técnicos das secretarias municipais de saúde, assistência social e educação dos municípios. Além de apresentar o programa, as técnicas do setor de educação em saúde ambiental realizaram apresentação sobre mobilização social e expuseram experiências bem sucedidas da Funasa em relação à Educação em saúde ambiental.

Na mesma oportunidade foi realizada a exposição itinerante *Água em Movimento* com banners retratando ações de saneamento em diferentes períodos históricos, incluindo as políticas atuais do setor. A exposição também inclui palestras com especialistas - Professores Doutores Guinter Weimer e Miguel Espírito Santo - do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, órgão parceiro da Superintendência.

De acordo com a chefe do Serviço de Saúde Ambiental (Sesam), Fernanda Marros, este projeto tem o objetivo de levantar discussões sobre o tema do saneamento e da saúde pública, instigando uma profunda reflexão das comunidades sobre o tema.

12/06/2013 - RS : Movimento das Mulheres Camponesas busca cooperação com Suest

Dirigentes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) do Rio Grande do Sul participaram de audiência no dia 27 de maio com o superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, reivindicando o apoio institucional para debater o saneamento rural. O MMC, que luta pelos direitos sociais das mulheres, busca ampliar sua pauta de atuação para a questão do saneamento ambiental que envolve diretamente a saúde das comunidades de zonas rurais.

Segundo a dirigente Luci Piovesan, um dos assuntos que tem preocupado o movimento é a na área dos resíduos sólidos, principalmente as que envolvem embalagens de agrotóxico. “Mesmo com a vigência da lei nacional propondo a criação do ciclo reverso, as embalagens de agrotóxicos ainda são um sério problema para a saúde das camponesas”, argumenta.

O superintendente, por sua vez, se comprometeu a trabalhar pela capacitação dos dirigentes do movimento através da cooperação técnica com a Fundação. “Queremos que a cooperação sirva para viabilizar políticas públicas que atendam estas demandas das mulheres camponesas” enfatizou Mello.

Na audiência, ficou acertado que será realizado um encontro, em data a ser definida, entre dirigentes do movimento das mulheres e equipe da Funasa para debater ações na área .

18/06/2013 - RS: No Sul, espaço projetado por Niemayer abriga seminário sobre coleta seletiva



Cerca de 400 participantes compareceram ao evento na Casa do Povo

A cidade de Vacaria, na região Nordeste do Rio Grande do Sul, sediou na última semana de maio o II Seminário Regional Coleta Seletiva e Inclusão Social de Catadores com o apoio da Funasa e da Petrobrás. Cerca de 400 participantes compareceram ao evento na Casa do Povo, projetada pelo arquiteto Oscar Niemayer e que é patrimônio histórico da cidade, para debater assuntos relativos ao trabalho dos recicladores e a política nacional de resíduos sólidos.

O seminário foi organizado pela ONG Planeta Vivo, através do projeto minuano, que atua a mais de oito anos na mobilização e organização dos catadores de materiais recicláveis em 25 municípios gaúchos. Segundo Cloraci Macedo, coordenadora do minuano, o projeto já beneficia cerca 800 trabalhadores com a melhoria na renda e nas condições de trabalho.

A catadora Fabiana Zanetti, num dos painéis apresentados, deu seu depoimento relatando que antes da chegada do projeto minuano os trabalhadores atuavam de forma individualizada proporcionando uma renda bem inferior a conseguida após se tornarem cooperativados. “Este projeto caiu do céu. Hoje vemos o nosso trabalho sendo valorizado, inclusive com o apoio do comércio para o recolhimento de materiais”, enfatizou Fabiana.

O superintendente da Funasa no estado, Gustavo de Mello, destacou na sua apresentação que o Governo Federal está construindo uma política de estado do ponto de vista da legislação e dos recursos públicos. “Hoje temos uma legislação inovadora com o protagonismo dos movimentos sociais dos catadores”, argumentou Mello. Para ele, o tema da pobreza e inclusão social está no centro do debate político e nada pode ser feito na questão de resíduos que não envolva os catadores.

No painel sobre resíduos sólidos, o superintendente defendeu que a soma do consumo de uma nação, que é a 5ª economia do planeta, com a explosão demográfica tem sido uma ameaça a saúde pública. Apresentou imagens de lixões a céu aberto com a consequente contaminação do solo e convidou professores, alunos e trabalhadores a refletirem sobre as ações desenvolvidas para minorar o

impacto sobre o meio ambiente. “Este seminário é absolutamente necessário para discutirmos o que estamos fazendo a respeito do nosso destino enquanto civilização”, concluiu Mello.

Outros painéis apresentados no Seminário trataram sobre a Cadeia Binacional do Pet, pela diretora da Secretaria de economia solidária do governo estadual, Nelsa Nespolo, com a transformação do plástico em fios e tecidos; A experiência da Coopericla de Santa Cecília do Sul; Apresentação do Case da parceria entre o órgão público e a cooperativa Coadesp em Jaguarão; Simultaneamente às palestras, ocorreu a mostra estudantil de trabalhos com materiais recicláveis e entrega de carrinhos para a cooperativa de catadores de Vacaria.

18/06/2013 - RS: Suest realiza audiência com Consórcio Intermunicipal

Representantes de 12 municípios que formam o Consórcio Intermunicipal de Gestão Multifuncional (Citegem) estiveram reunidos no dia 13 de maio na Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS), em Porto Alegre, a fim de tratar sobre melhorias operacionais na Unidade de tratamento de resíduos sólidos localizada na região celeiro do Estado. Na oportunidade, o superintendente Gustavo de Mello, recebeu o diagnóstico situacional e as perspectivas das atividades do Consórcio, que consistem no recebimento, triagem e comercialização de materiais recicláveis e destinação final de rejeitos.

O presidente da Citegem, prefeito João Carlos Hickmann, informou que o Consórcio foi criado no ano de 2000 com o apoio da Funasa, mas que, atualmente, tem seu funcionamento ameaçado pela falta de investimentos. “Além disso, a estrutura e os maquinários existentes estão comprometidos pela depreciação e má administração que o consórcio atravessou nos últimos anos”, enfatizou.

Segundo Hickmann, a nova administração da Citegen quer qualificar a gestão e os equipamentos e para isso deseja contar com a cooperação técnica da Funasa. Esclarece que está em processo a abertura da quarta vala do aterro, sendo necessários recursos que garantam a viabilidade econômica e segurança ambiental.

A engenheira da Suest/RS, Nívea Schiavon, esclareceu que os doze municípios deverão concluir seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), contendo o planejamento dos seus sistemas de resíduos sólidos, com as estratégias e metas que deverão ser atingidas nos próximos anos. “É preciso construir um plano de qualidade a partir de uma discussão com a sociedade”, afirmou.

O superintendente ressaltou que é preciso planejar o setor, investir na capacitação técnica das pessoas e na relação de cooperação institucional para a organização dos serviços de saneamento. “A

Funasa está estabelecendo parcerias com organismos ambientais que poderão dar esta resposta de gestão”, salientou Mello.

Para ele , a cadeia industrial está se organizando, tornando mais atrativos os materiais recicláveis e imprescindível a organização de cooperativas de catadores, apreendendo com experiências que tiveram êxito. “É importante cuidarmos dos resíduos, o que fazer com as lâmpadas, com o óleo. A implantação da coleta seletiva é uma questão de sobrevivência”, resumiu.

A Citegem é formada pelos municípios de Bom Progresso (sede), Três Passos, Humaitá, Esperança do Sul, Tiradentes do Sul, Coronel Bicaco, Braga, Campo Novo, Crissiumal, Sede Nova, São Valério do Sul e São Martinho abrangendo uma população de 90 mil habitantes.

09/07/2013 - RS: Funasa participa de evento sobre Dia do Meio Ambiente em Alto Alegre

O município de Alto Alegre, localizado na região centro norte do estado do RS, sediou seminário sobre saneamento básico e reaproveitamento da água em alusão ao dia Mundial do Meio Ambiente. A localidade é referência nos indicadores de saneamento e recentemente inaugurou sua Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) financiada pela Funasa.

Para marcar a data, 05 de junho, a chefe da Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan/RS), arquiteta Fernanda Marros, participou das atividades com a comunidade palestrando sobre a história do saneamento e esgotamento sanitário. Paralelamente, ocorreu a exposição itinerante Água em Movimento, uma parceria da Funasa com o Instituto Histórico e Geográfico (Ihgrgs), composta por nove banners contando a evolução do setor.

Segundo a responsável pela Sesan, Alto Alegre deve começar a discutir a questão das ligações intra-domiciliares com a rede coletora. “Uma das questões colocadas na palestra foi a de que os estudantes presentes levassem para suas casas o debate sobre a importância das ligações casa-rede”, enfatizou.

Outra novidade apresentada foi a unidade móvel recém adquirida pela Superintendência Estadual, que fez uma análise demonstrativa sobre a qualidade da água consumida pela população.

09/07/2013 - RS: Encontro Estadual de Catadores reúne mais de 700 trabalhadores em Taquari

Foto: Suest/RS



Projeto Minuano busca a associação dos catadores em 26 municípios gaúchos

Hoje, a gente pode erguer a cabeça e dizer: eu sou catador”. Nas palavras de Lúcia Rodrigues da Rosa, da Associação Força e Coragem da Vila Mario Quintana, em Porto Alegre, têm-se o maior dos significados do Seminário Estadual de Catadores realizado no dia 22 de junho na cidade de Taquari: a valorização e o reconhecimento da sociedade ao trabalho do reciclador.

O encontro foi organizado pelo Projeto Minuano que, através da ONG Planeta Vivo, atua a mais de oito anos na mobilização e organização dos catadores de materiais reciclados. Com o apoio da Funasa e da Petrobrás, o evento serviu para a troca de experiências profissionais e discussão das políticas públicas do setor. Também foi entregue uma prensa para a associação de catadores da cidade de Dom Pedrito e proposta a formação de uma rede de reciclagem ao longo da rodovia que perpassa os municípios da região.

Esta mobilização do Projeto Minuano pela associação dos catadores em 26 municípios gaúchos tem permitido que cada vez mais que trabalhadores melhorem sua renda e as condições de trabalho, levando cidadania e inclusão a parcelas historicamente excluídas da sociedade brasileira.

A coordenadora do Minuano, Cloraci Macedo, salientou a importância das políticas públicas dos governos estadual e federal para a categoria, destacando que elas são fruto, principalmente, da luta e mobilização dos catadores. “O ecoprofetas e profissão catador são dois projetos que estão conosco neste dia demonstrando que o nosso caminho é o da união e da associação dos trabalhadores em reciclagem”, enfatizou Cloraci.

A abertura oficial do evento contou com o gestor de projetos sociais da Petrobrás, Marcelo Brandão; do superintendente estadual da Funasa no Rio Grande do Sul, Gustavo de Mello, do diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Estado (Corsan), Tarcísio Zimmermann; da representante da secretaria de economia solidária do RS, Maribel Kaufmann; do deputado federal Henrique Fontana,

representando a presidência da câmara dos deputados e do prefeito de Taquari Emanuel Hassen de Jesus.

Rede de reciclagem

Gustavo de Mello, juntamente com servidores da Instituição, apresentou o termo de cooperação técnica entre a Fundação, municípios e cooperativas e associações com a finalidade de formar uma rede de reciclagem. “Queremos formar um rede intermunicipal de recuperação de recicláveis ao longo do BR 386, que iria otimizar os custos de investimentos na implantação de infraestrutura física necessária com aquisição e instalação de equipamentos”, explica o superintendente.

Segundo Mello, a rede propiciará que os municípios de pequeno porte tenham apenas instalações caracterizadas como unidades de acumulação transitória de resíduos sólidos, enquanto uma central de processamento de recicláveis, de caráter regional, faria o processamento integral dos resíduos potencialmente recicláveis. “As redes irão potencializar a coleta seletiva dos municípios através da economia de escala com a obtenção de melhores preços e condições na comercialização dos materiais”, argumentou.

O protocolo de intenções foi assinado por autoridades públicas e associações e cooperativas de catadores durante as atividades do seminário. Segundo o superintendente, o termo deve se transformar num importante instrumento para fortalecer, institucionalizar e apoiar parcerias intermunicipais com os catadores tendo como principal objetivo impulsionar a coleta seletiva.

Unidade móvel da Funasa

Uma equipe da Educação em Saúde Ambiental da Funasa no estado esteve presente no encontro, oportunidade em que foi apresentada a nova unidade móvel para o monitoramento de controle da qualidade da água.

O objetivo da Unidade é apoiar tecnicamente os estados e municípios no desenvolvimento de ações que garantam que a água produzida e distribuída tenha o padrão de qualidade compatível ao estabelecido na legislação. Na área de educação, a Fundação também se fez presente buscando fomentar ações que levem a inclusão social, promoção e proteção da saúde e sustentabilidade socioambiental.

09/07/2013 - RS: Funasa libera recursos para cooperativa de catadores de Novo Hamburgo

Foto: Suest/RS



Renda dos catadores aumentou de R\$ 200 para mais de R\$ 1 mil por mês

A cooperativa de construção civil e limpeza urbana (Coolabore) que atua nos municípios de Campo Bom e Novo Hamburgo, na região metropolitana do Rio Grande do Sul, recebeu, no dia 21 de junho, R\$ 200 mil da Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) para a aquisição de equipamentos para a ampliação da coleta seletiva.

Segundo o presidente da Coolabore, Paulo Bohn, os recursos serão utilizados para a compra de caminhão, prensa, carro coletor, triturador de papel e carrinho plataforma. “Com os equipamentos vamos inaugurar a unidade sul, cujo prédio está construído e que abrigará mais 20 postos de trabalho já capacitados”, informa Bohn.

A Coolabore possui mais de 120 trabalhadores associados e tem uma história de superação na sua origem. A secretária de desenvolvimento social de Novo Hamburgo, Vera Rambo, esclarece que há apenas quatro anos eram 20 pessoas que trabalhavam num regime de exploração, submetidos a atravessadores. “Hoje, com a cooperativa, temos outra realidade, com os rendimentos médios passando de R\$ 200 para mais de R\$ 1 mil por mês”, assegura Vera.

A secretária diz que esta situação fez com que 18 trabalhadoras que possuíam o Bolsa Família, programa social do Governo Federal, pedissem o seu desligamento do recebimento deste recurso. “Esta história de superação, com famílias saindo da situação de vulnerabilidade, também temos que comemorar no dia de hoje”, enfatizou a Secretária.

O apoio público, tanto do Governo Federal como do município, através do projeto Catavida, fez da Coolabore uma referência na coleta seletiva do estado. Em parceria com 25 escolas e com setores do comércio do município, a coleta passou de 37 para 300 toneladas/mês e não para de crescer.

Os trabalhadores ganharam o dia municipal dos recicladores, justamente no dia 21 de junho, data em que foram liberados os recursos da Funasa.

17/07/2013 - RS: Suest libera R\$ 950 mil para projeto de resíduos em Gramado

A Funasa, por intermédio da Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul (Suest/RS), repassou R\$ 950 mil para o projeto de resíduos sólidos urbanos do município de Gramado, região serrana do estado. Com os recursos, mais a contrapartida de R\$ 23 mil, o município deverá implantar melhorias na coleta seletiva, no transporte e na limpeza urbana, conforme preconiza a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para o superintendente estadual da Funasa, Gustavo de Mello, os investimentos devem se adequar à Lei e envolver os catadores de materiais recicláveis, através de cooperativas e associações, já que estes trabalhadores são personagens centrais na legislação sobre resíduos sólidos. “As políticas públicas do setor de resíduos prevêem um forte componente de inclusão social e combate a pobreza através do apoio aos catadores”, enfatiza Mello.

A cidade de Gramado possui 32 mil habitantes, mas chega a ter uma população variável de três milhões de pessoas/ano, e segundo informações do município apenas 5% dos resíduos são reciclados atualmente.

26/07/2013 - RS: São Lourenço do Sul recebe recursos para Centro de Saneamento Ambiental

Foto: Suest/RS



Anúncio de liberação de recursos foi feito durante reunião na prefeitura

A cidade de São Lourenço do Sul recebeu da Funasa a 1ª parcela no valor de R\$ 700 mil, referente ao convênio 1113/09, para a implantação do centro de referência em saneamento ambiental. O anúncio foi feito na última terça-feira (23) pela superintendente estadual substituta da Fundação no Rio Grande do Sul, engenheira Nádia Pilati, durante reunião com o prefeito, Daniel Raupp, e a reitora da Universidade de Rio Grande (FURG), Cleuza Sobral Dias.

Segundo Pilati, a obra que já conta com o projeto arquitetônico elaborado pela Funasa, receberá um investimento total de R\$ 2,1 milhões, incluindo equipamentos e a aquisição de uma unidade móvel. O laboratório, quando concluído, deverá qualificar a gestão dos recursos hídricos na região. "O centro vai dar um suporte importante nas questões referentes ao saneamento ambiental para os municípios da região, podendo realizar análises de alta complexidade de água e efluentes", ressalta.

Cleuza Sobral salienta que a FURG irá criar mais dois cursos de graduação no município com ênfase no saneamento e engenharia ambiental, situação que abriria espaço para a parceria.

29/07/2013 - RS: Quilombolas debatem gestão da água em Viamão

Foto: Suest/RS



Quilombo Cambará apresenta experiência em gestão comunitária durante evento

A Funasa, por meio da Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul (Suest/RS), realizou reunião com a comunidade do quilombo Cantão das Lombas, localizado no município de Viamão, em Porto Alegre. O evento foi realizado por técnicos de Educação em Saúde Ambiental da Superintendência nos dias 18 e 19 de junho. O objetivo foi debater sobre a gestão da água na região.

A Funasa está financiando no local a construção de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), através do Convênio 0702/2011, o qual já está em fase de conclusão. Quando estiver em funcionamento irá fornecer água de qualidade para 41 famílias.

A chefe do Serviço de Saúde Ambiental (Sesam), Fernanda Marros, ressalta a importância das ações de educação, pois essa comunidade passa a ter uma nova relação com o abastecimento de água, o que anteriormente existia de forma precária e com baixa qualidade. "A presença da Fundação é primordial para a organização do sistema, reforçando a participação de todos no processo de tomada de decisões", relata Fernanda.

Também estiveram presentes na reunião representantes do quilombo Cambará, do município de Cachoeira do Sul, com o objetivo de relatarem suas experiências na gestão comunitária. Nesse quilombo a Funasa realizou diretamente em 2006 a instalação de Sistema de Abastecimento de Água e implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), essas são intervenções promovidas nos

domicílios que incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água e esgoto quando disponíveis ou à fossas sépticas.

"O resultado de Cambará, que é um modelo na gestão do abastecimento, é em grande parte, fruto das ações de saúde ambiental desenvolvidas pela Funasa durante o processo de implantação das melhorias", concluiu a chefe do Sesam.

15/08/2013 - RS: Funasa ajusta convênio com consórcio da zona da produção do RS

Foto: Suest/RS



Representantes da Suest/RS, prefeitos e secretários se reúnem em Ronda Alta

Representantes da superintendência estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) estiveram reunidos na última terça-feira (13/08), em Ronda Alta, com prefeitos e secretários de 11 municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Cooperação em Gestão Pública (Conegepu) para tratar do convênio 0497, estabelecido em 2011 entre as instituições. A reunião teve como objetivo repactuar um conjunto de iniciativas que permitam implementar a Lei 12.305/10, que trata da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, com a necessidade de execução da coleta seletiva e de ações de educação ambiental nos municípios consorciados.

Na oportunidade, o superintendente Gustavo de Mello, informou que a Funasa já repassou duas parcelas do convênio, totalizando R\$ 2,05 milhões, para a compra de equipamentos e realização de obras civis por parte do consórcio. Segundo ele, o último repasse de aproximadamente R\$ 500 mil precisará de uma melhor definição de objetivos a médio e longo prazo para que os investimentos sejam otimizados. "Num dos eixos da repactuação, é imprescindível que se discutam ações que envolvam a inclusão social e o combate a pobreza com ênfase nos catadores de materiais reciclados através das associações e cooperativas", argumenta Mello.

Com relação ao aterro sanitário que atende os municípios, a engenheira da Suest, Nívea Schiavon, disse ter constatado, em recente visita ao local, problemas técnicos que necessitam de providências. "Foi observado um volume demasiado e uma qualidade ruim dos resíduos nas esteiras de

triagem, situação que acarreta dificuldades na sua separação”, argumenta. Para ela, faz-se necessário um plano de gerenciamento com medidas que contemplem a sistematização da operação do aterro sanitário, além da implantação da coleta seletiva nos municípios. “É importante, por exemplo, a efetivação do sistema de compostagem, bem como, a cobertura diária com uma camada de terra das células do aterro”, explica.

Na repactuação do convênio, a Fundação colocou a cooperação para superar as deficiências detectadas nas localidades já que somente Rio dos Índios com 4,3 mil habitantes recicla seus resíduos. O superintendente reiterou que a Funasa irá investir recursos na capacitação para a gestão, operação e implantação da coleta seletiva dos municípios do Consórcio. “Queremos investir no planejamento das políticas de saneamento ambiental da região e o consórcio é importante para potencializarmos estas ações”, enfatiza Mello.

O consórcio Conegepu é formado pelos municípios de Trindade do Sul (sede), Três Palmeiras, Ronda Alta, Constantina, Novo Xingu, Gramado dos Loureiros, Nonoai, Rio dos Índios, Alpestre, Sarandi e Engenho Velho, totalizando uma população de 83 mil habitantes com a produção de 13.200 toneladas de resíduos ao ano.

16/08/2013 - RS: Ronda Alta sedia oficina sobre PMSB

Foto: Suest/RS



Gestores participam de oficina sobre planos municipais de saneamento básico

As técnicas de educação do setor de saúde ambiental da superintendência estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) participaram nos dias 12 e 13 de agosto, em Ronda Alta, de oficinas sobre planos municipais de saneamento básico (PMSB) para oferecidos para 12 municípios da região da zona da produção gaúcha. Os encontros, além de definirem os procedimentos para elaboração dos planos de acordo com o termo de referência da Fundação, buscaram sensibilizar os gestores para a necessidade de sua implantação.

“O município tem que ter o domínio na elaboração do plano que deve ter o perfil da população”, afirmou a chefe do Setor de Saúde Ambiental (Sesan), Fernanda Marros. Segundo ela, a formulação da Lei deve passar pela participação da sociedade e contemplar o controle social, inclusão, universalização e a sustentabilidade. “A população tem que estar à frente nas decisões das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento”, argumenta.

A chefe da Sesan chamou a atenção para o fato de em pleno século XXI haver muitas famílias que não possuem banheiro em casa e que esta situação reflete diretamente na saúde pública. Salientou, ainda, a importância da população se apropriar da Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. “Esta é uma lei acessível porque faz parte da nossa realidade”, explica Marros.

Kátia Lippold, técnica em educação, salientou a relevância do trabalho de sensibilização junto à população para o tema do saneamento. “A melhor forma de mobilização é ampliarmos a informação na sociedade sobre a importância e o direito do acesso ao saneamento”, explica Kátia.

Participaram das oficinas representantes dos municípios de Ronda Alta, Rondinha, Gramado dos Loureiros, Faxinalzinho, Ametista do Sul, São José das Missões, Barra Funda, Sagrada Família, Lajeado do Bugre, Engenho Velho, São Pedro das Missões e Tiradentes do Sul.

28/08/2013 - RS: Funasa debate políticas públicas de saneamento em Santiago

O superintendente estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Gustavo de Mello, participou nos dias 19 e 20 de agosto, na câmara de vereadores de Santiago, de sessão ordinária e audiência pública para tratar sobre as políticas públicas do Governo Federal na região e da implementação dos planos municipais de saneamento básico (PMSB).

“O saneamento é uma construção social e uma escolha política e o seu planejamento estratégico é o motivo do nosso encontro”, destacou o Mello. Para ele, a Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, é uma grande conquista do país já que veio para garantir a racionalidade no debate sobre o tema. A referida Lei estabelece a universalização do acesso e a integralidade do conjunto de todas as atividades envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos através da cultura do planejamento.

Segundo o superintendente, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), com a previsão de investimentos na ordem de R\$ 500 bilhões até 2030, representa uma importante caminhada para um salto civilizatório da sociedade brasileira após muitos anos sem investimentos na área. “Com toda

riqueza que temos enquanto sexta economia do planeta ainda vemos cenas dramáticas de pobreza que tem a ver com as políticas de saneamento”, enfatizou Mello.

A vereadora Iara Castiel, proponente da audiência pública, destacou a importância do debate já que a cooperação entre os entes federados e a participação social são fundamentais para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico. “O Plano deve ser uma construção de toda cidade e uma oportunidade para se repensar a área do saneamento que vai repercutir na saúde pública da população” concluiu a vereadora.

Outras questões debatidas no encontro foram a obrigatoriedade de extinção dos lixões até 2014, a implantação da coleta seletiva com a inclusão social dos catadores e a preocupação de se dar o destino adequado a resíduos como pilhas, lixo eletrônico e lâmpadas de mercúrio, materiais altamente contaminantes do solo e das águas.

O evento contou com a presença de vereadores, secretários e servidores municipais e Organizações não governamentais, que encerraram o encontro com a produção do mapa falante, uma técnica pedagógica que procura identificar problemas durante a elaboração do diagnóstico do plano de saneamento.

28/08/2013 - RS: Funasa debate políticas públicas de saneamento em Santiago

O superintendente estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Gustavo de Mello, participou nos dias 19 e 20 de agosto, na câmara de vereadores de Santiago, de sessão ordinária e audiência pública para tratar sobre as políticas públicas do Governo Federal na região e da implementação dos planos municipais de saneamento básico (PMSB).

“O saneamento é uma construção social e uma escolha política e o seu planejamento estratégico é o motivo do nosso encontro”, destacou o Mello. Para ele, a Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, é uma grande conquista do país já que veio para garantir a racionalidade no debate sobre o tema. A referida Lei estabelece a universalização do acesso e a integralidade do conjunto de todas as atividades envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos através da cultura do planejamento.

Segundo o superintendente, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), com a previsão de investimentos na ordem de R\$ 500 bilhões até 2030, representa uma importante caminhada para um salto civilizatório da sociedade brasileira após muitos anos sem investimentos na área. “Com toda riqueza que temos enquanto sexta economia do planeta ainda vemos cenas dramáticas de pobreza que tem a ver com as políticas de saneamento”, enfatizou Mello.

A vereadora Iara Castiel, proponente da audiência pública, destacou a importância do debate já que a cooperação entre os entes federados e a participação social são fundamentais para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico. “O Plano deve ser uma construção de toda cidade e uma oportunidade para se repensar a área do saneamento que vai repercutir na saúde pública da população” concluiu a vereadora.

Outras questões debatidas no encontro foram a obrigatoriedade de extinção dos lixões até 2014, a implantação da coleta seletiva com a inclusão social dos catadores e a preocupação de se dar o destino adequado a resíduos como pilhas, lixo eletrônico e lâmpadas de mercúrio, materiais altamente contaminantes do solo e das águas.

O evento contou com a presença de vereadores, secretários e servidores municipais e Organizações não governamentais, que encerraram o encontro com a produção do mapa falante, uma técnica pedagógica que procura identificar problemas durante a elaboração do diagnóstico do plano de saneamento.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2013 permitiu verificar a importância e o hábito de se ter a informação atualizada através do registro regular das atividades referentes aos programas do Plano de Ações planejadas e da atualização dos dados que alimentam os Sistemas Corporativos.

Foram apresentadas de forma detalhada as ações constantes no Project – Planejamento Institucional, bem como a matriz de indicadores de desempenho que demonstram além dos resultados alcançados, o alinhamento às diretrizes governamentais na realização de ações de Saneamento Básico, Saúde Ambiental e na Gestão.

Em relação aos indicadores de desempenho, há ainda, a necessidade de aprimoramento do processo de planejamento, bem como da institucionalização dos mecanismos e ferramentas que visam à melhoria da gestão.

Considerando que os recursos humanos são elementos determinantes na obtenção de resultados das ações desenvolvidas, enfatizamos a necessidade de ampliação do quadro de pessoal na Funasa/RS.

Por fim, a Superintendência Estadual no Rio Grande do Sul entende que muito há que se melhorar no que diz respeito à Gestão. Portanto, no decorrer de 2014, envidará esforços no fortalecimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e controle.